

Renan quer agenda comum para garantir crescimento

Presidente do Senado propõe encontro entre os chefes dos três Poderes para construir acordo “de interesse do país”. Reunião de líderes partidários do Senado e da Câmara nesta terça-feira deve definir prioridades de votações

PÁGINA 3

FLICKR



Alerta sobre avanço do aquecimento global mobiliza o Congresso

Preocupação com efeitos das mudanças climáticas leva à criação de duas subcomissões, no Senado, e da Frente Parlamentar Ambientalista, na Câmara. Amazônia, cerrado e Pantanal estão entre os ecossistemas brasileiros que seriam mais afetados pelo aumento da temperatura.

PÁGINAS 4 E 5

Comissões: pauta cheia na retomada dos trabalhos

Novos presidentes das comissões permanentes do Senado assumem com agenda lotada. Constituição e Justiça lidera lista: 1.378 matérias em pauta.

PÁGINAS 8 E 9

Marconi: PAC pode ser o início de fase positiva

Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Marconi Perillo concede a primeira de uma série de entrevistas com os novos presidentes das comissões.

PÁGINA 7

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

FRASES

VOZ DO LEITOR

AGORA É LEI

Página 13

Chances de um clima propício aos seres humanos no fim do século dependeriam da redução drástica de gases que causam efeito estufa

cidadania

Como identificar, prevenir, tratar ou mesmo conviver com as alergias

PÁGINA 16



SENADO

Para Efraim, pacote não pode ser pauta única

Embora reconheça que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) deve ter prioridade nas discussões da Câmara e do Senado, o senador Efraim Morais (PFL-PB) advertiu que o Congresso não pode deixar de discutir outros assuntos,



Efraim Morais

como as reformas da Previdência e tributária. Ele observou que o próprio PAC precisa ser aperfeiçoado pelos deputados e senadores.

– Seria incoerência da minha parte, que passei os quatro anos iniciais do atual governo pedindo medidas de crescimento para o país, me opor agora quando iniciativas com esse objetivo estão sendo anunciadas. Em princípio queremos muitos PACs e apoiaremos tudo o que neste programa, e em outros, tenha efetiva consistência – afirmou.

Para o senador, a aprovação

do PAC pelo Congresso está longe de ser o maior problema para que o programa dê certo. Ele afirmou que o principal obstáculo para que o PAC atinja os objetivos é a sua vinculação ao crescimento de 5%

ao ano do produto interno bruto (PIB), sobretudo por não vislumbrar que a política de juros altos esteja para ser modificada pelo governo federal.

Efraim disse ainda que o preenchimento dos cargos públicos baseado no fisiologismo partidário impede que a iniciativa privada se sinta confiante para firmar parcerias com o governo. Da mesma forma, o fato de o presidente Lula não sinalizar que enxugará os gastos públicos e reduzirá despesas funciona como um complicador a mais para o sucesso do PAC.

Ideli: com o PAC, Brasil se livra de agenda negativa

A senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, afirmou, na última quarta-feira, que com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) o país vai deixar para trás a agenda negativa da vulnerabilidade externa, do endividamento e dos juros altos.

Ideli Salvatti ressaltou que o PAC devolve ao Estado o papel de agente indutor do desenvolvimento. A parlamentar citou como exemplo o caso do seu estado, dizendo que todas as obras importantes para Santa Catarina foram contempladas pelo programa.

– Quando o Estado induz, a iniciativa privada corresponde com investimentos. Chega daquela conversa de Estado mínimo.



Ideli Salvatti

A senadora recebeu apertes dos senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Jefferson Péres (PDT-AM), que manifestaram apoio ao PAC. Para Crivella, o programa representa “a redenção da economia nacional”, enquanto Jefferson Péres declarou que dará um crédito de confiança ao presidente Lula porque este garantiu que o país irá crescer com estabilidade.

Ideli também se disse feliz com o balanço das eleições para a Presidência do Senado e das negociações para a composição da Mesa e escolha dos presidentes das comissões. Segundo ela, o resultado é bastante positivo pelo “clima respeitoso” que passou a reinar na Casa.

Medidas referentes ao FGTS preocupam Paim

Paulo Paim (PT-RS) mostrou-se preocupado com o encaminhamento das questões que envolvem direitos dos trabalhadores e que constam do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a começar pelo uso de R\$ 5 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em projetos de infra-estrutura, conforme prevê a medida provisória 349/07, que faz parte do plano.

Apesar de reconhecer que o PAC tem tudo para acelerar o crescimento do país, o senador entende que o FGTS é um patrimônio dos trabalhadores e deve ser preservado. Por isso considera temeroso que o governo lance mão de parte dos

recursos do fundo sem, entretanto, garantir compensações financeiras para os correntistas, que poderiam ser em torno de 6% ao ano.

Paim sugere também que o Congresso aprofunde os debates sobre a política de aumento do salário mínimo proposta pelo PAC, que prevê um cronograma de reajuste a longo prazo, considerando a inflação dos dois anos anteriores e o crescimento do produto interno bruto (PIB). Relatório da Comissão Mista do Salário Mínimo indica que o reajuste anual não poderá ser menor do que o índice da inflação do ano anterior, acrescido do dobro do aumento do PIB, também do ano anterior.

Renan quer unir Poderes por uma agenda do país

O presidente do Senado, Renan Calheiros, está trabalhando para a realização de um encontro entre os chefes dos três Poderes para sanar qualquer dificuldade institucional capaz de gerar crise.

Ele anunciou que está em contato com os chefes do Poder Executivo e do Judiciário para a construção desse acordo em favor dos interesses do Brasil.

– E vamos marcar um encontro com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, para que possamos fazer um esforço para tratar de uma agenda comum, de interesse não do governo, mas do país – ressaltou.

Para Renan, o crescimento do país e a melhoria das condições de vida da população são temas prioritários. Ele informou ter conversado também com o presidente Lula – durante solenidade no Palácio do Planalto em que foi assinado o decreto lançando a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia – sobre uma agenda que coloque os interesses do país em primeiro plano.

E acrescentou que já conversou por telefone com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, para organizar um encontro.

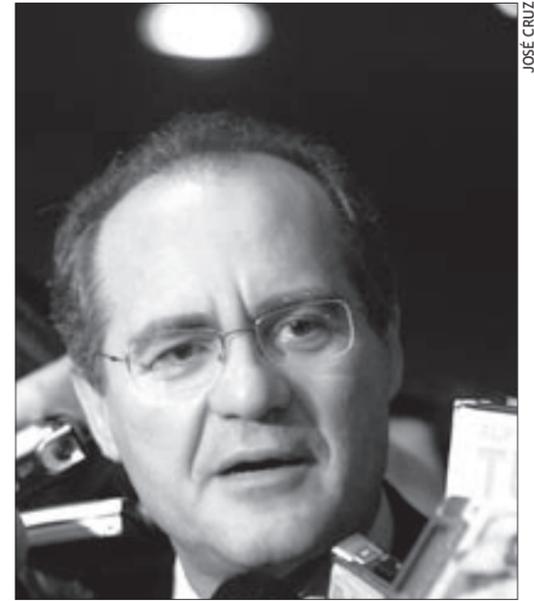
– Essa coisa de tensão entre os

Poderes, sobretudo entre o Legislativo e o Judiciário, não é da tradição da política nacional. Precisamos minimizar isso e buscar a convergência, tratar dos interesses do Brasil. Tudo que o Brasil não quer é uma crise institucional – enfatizou.

Renan disse que não tem priorizado a discussão sobre diferenças salariais entre os integrantes dos três Poderes. E observou que “essas discussões menores não interessam à sociedade”. Em sua opinião, o que a população quer é o crescimento do Brasil, é melhorar sua condição de vida e fazer o país evoluir historicamente.

O presidente do Senado reafirmou que realizará, nesta semana, uma reunião de líderes destinada a definir um calendário de votação para os próximos cem dias.

Ele negou que tenha conversado com Lula sobre a reforma



Presidente do Senado pretende colocar interesses do Brasil em primeiro plano

ministerial. De acordo com Renan, o presidente da República está aguardando as conversas e indicações dos partidos que compõem a coalizão do segundo mandato para fazer a reforma.

– A coalizão precisa ter um fundamento programático, uma direção, que é o crescimento do país, o combate à burocracia. O espaço na administração federal tem de ser consequência da coalizão, depois de ter um fundamento programático – opinou.

Alvaro: “Plano vai manter crescimento medíocre”

Na avaliação de Alvaro Dias (PSDB-PR), “há consenso entre os economistas” de que, para crescer a taxas de 5% – como pretende o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – o Brasil precisaria muito mais do que propõem as medidas previstas pelo programa.

– Não tenho razões para acreditar na execução do PAC pelo governo Lula. Esse plano é sob medida para a manutenção do crescimento medíocre do Brasil – disse ele, afirmando que apresentará emendas ao PAC.

Entre as iniciativas necessárias para garantir um cresci-

mento consistente, indicou o senador, seria necessária uma redução maior da taxa de juros do que os 0,25% que vêm sendo baixados periodicamente pelo Banco Central.

Para Alvaro, as metas propostas “lastimavelmente” não serão alcançadas até 2010, e o crescimento só virá com o aumento dos investimentos. De acordo com estudo citado pelo senador, o governo gastou entre 2003 e 2006 cerca de R\$ 511 bilhões no pagamento de juros da dívida pública e apenas R\$ 36 bilhões em investimentos em infra-estrutura.

Cristovam alerta para desgaste do Legislativo

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu na última sexta-feira, em Plenário, a formação no Senado do que chamou de a “bancada do basta”. A frente suprapartidária deveria se ocupar com uma agenda para o enfrentamento dos grandes problemas do país. Esse seria o caminho, avalia ele, para que o Legislativo começasse o processo de recuperação de sua desgastada imagem.

O momento negativo vivido pelo Congresso, disse Cristovam, tem como exemplo de repercussão matéria publicada na revista

The Economist, da Inglaterra, na edição da última quinta-feira, em que são abordados escândalos no Legislativo e questionada a capacidade de os congressistas realizarem reforma política.

Para Cristovam, a classe política está mesmo deixando de cumprir seus deveres. Ele propôs uma reflexão sobre o que chamou de “tragédia” e afirmou que conclamou o presidente do Senado, Renan Calheiros, a levar adiante proposta de elaboração de agenda para os próximos cem dias.

Lúcia Vânia apresenta nove emendas a MPs

Lúcia Vânia (PSDB-GO) vai propor ao governo federal que os gastos feitos pelos estados na área de infra-estrutura não sejam incluídos no cálculo do superávit primário para o pagamento das dívidas com a União. A proposta faz parte de um conjunto de nove emendas apresentadas pela senadora ao Programa de Aceleração do Crescimento.

Lúcia Vânia sugere a instituição do Projeto-Piloto de Investimentos Estaduais para dar aos estados mais flexibilidade para utilizar recursos do superávit primário em investimentos públicos. A senadora sugere também a inclusão da habitação popular rural dentro dos investimentos em habitação, a construção de estrutura para armazenamento da produção agrícola e a permissão para que empresas públicas de saneamento sejam habilitadas a receber recursos do programa.

Outra emenda pretende que a Caixa Econômica Federal assumira os prejuízos se o Fundo de Investimento (FI), criado pelo PAC, for mal aplicado, livrando de riscos os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

MEIO AMBIENTE Criação de duas subcomissões mostra disposição da Casa de combater aquecimento global

Senado assume a agenda ambiental

O aumento considerável da temperatura média global para este século, anunciado no 4º Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), da Organização das Nações Unidas (ONU), chocou e mobilizou os parlamentares brasileiros.

No Senado, foram criadas duas subcomissões permanentes para tratar do assunto: uma vinculada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e outra à Comissão de Relações Exteriores (CRE). Os colegiados serão presididos, respectivamente, pelos senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Fernando Collor de Mello (PTB-AL).

Na Câmara será lançada, nesta semana, a Frente Parlamentar Ambientalista, ao mesmo tempo em que o Partido Verde anuncia um "pacote climático".

Também foi requerida a criação de uma Comissão Mista Climática, que irá reunir parlamentares das duas Casas (*leia mais nesta página*).

O aumento da temperatura média global – a previsão é de que neste século varie entre 1,8 e 4 graus Celsius, podendo chegar a um aumento de 6,4 graus – irá provocar em todo o mundo mais catástrofes naturais e intensificará as estações chuvosas e também as secas.

De acordo com o IPCC, o mundo teria aumentado em 10% a emissão de gases poluentes, passando de 23 bilhões de toneladas ao ano, em 1990, para mais de 26 bilhões de toneladas entre os anos de 2002 e 2005.

No Brasil, a região amazônica, o Pantanal, o cerrado e a caatinga já estão na lista dos ecossistemas que deverão ser afetados. Além disso, setores econômicos como a agricultura, de grande produção ou de subsistência, amargariam perdas ainda incalculáveis.

O IPCC, que reuniu há duas semanas cientistas de mais de 130 países na França, assinalou que é "muito provável" – as chances seriam de 90% – que a ação humana esteja intensificando o efeito estufa, causando dessa forma o aquecimento global.

Ministra será chamada para falar a subcomissão

Sugerida por Renato Casagrande, que contou com o apoio do senador Sibá Machado (PT-AC), a subcomissão da CMA deverá acompanhar as ações no Congresso e no Executivo e outras iniciativas que visem reduzir no país a emissão de gases que provocam o efeito estufa, que se originam

principalmente da queima de combustíveis fósseis e da queimada de florestas e campos.

– O Brasil precisa ser o protagonista de todas as medidas

que possam reduzir a emissão de gases. Devemos aumentar a utilização de energias alternativas, como as de origem vegetal, eólica e solar, e combater severamente o desmatamento – diz o senador Casagrande.

O grupo também irá acompanhar ações em âmbito estadual e municipal. "Queremos promover debates, apresentar propostas de legislação e fazer cobranças", afirma Casagrande, que pretende convidar a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para apresentar na subcomissão a posição do governo brasileiro sobre a questão.

Para Sibá Machado, é preciso haver entendimento entre a área ambiental e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

– É possível crescer sem afetar o meio ambiente e sem provocar a emissão de mais gases de efeito estufa, adotando biocombustíveis, reduzindo as queimadas e substituindo tecnologias arcaicas por modernas – destacou Sibá Machado.

Aumento da temperatura média na Terra pode chegar a mais de 6 graus



Aquecimento global derrete geleiras, eleva nível do mar e ameaça provocar catástrofes naturais



Fernando Collor e Renato Casagrande presidirão as subcomissões sobre o assunto no Senado

Consciência cresce em todo o planeta

Até mesmo países como os Estados Unidos, que sempre ignoraram acordos internacionais para a redução de gases que provocam o efeito estufa, como o Protocolo de Kyoto, passaram a se manifestar sobre o aquecimento global.

O presidente francês, Jacques Chirac, ao inaugurar em Paris a conferência *Cidadão da Terra*, apelou pela criação da Organização Ambiental das Nações Unidas (Oanu), que teria mais poder e campo de ação do que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

– O dia em que o clima mudará e escapará de qualquer controle está próximo. Estamos no limite do irreversível. Diante dessa urgência, não há tempo para medidas frágeis. É o momento de uma revolução de nossas consciências, de nossa economia e de nossa ação política – afirmou Chirac.

Para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os países industrializados assinam tratados ambientais, mas não enfrentam as

indústrias poluidoras.

– Estamos assistindo a uma preocupação mundial com o desmatamento. No Brasil, nesses últimos dois anos diminuímos o ritmo de desmatamento na Amazônia em 52%. É preciso que eles cuidem do terreno deles – destacou o presidente Lula.

As queimadas produzidas pelo desmatamento são responsáveis por 75% dos gases de efeito estufa emitidos pelo Brasil. Mais de 70% das áreas desmatadas na região amazônica estão sendo ocupadas para a agricultura e a pecuária. Mas, segundo

a ministra Marina Silva, a diminuição do desmatamento na região já significou uma redução de 128 milhões de toneladas de CO₂ no biênio 2005/2006.

Para Marina, que é senadora licenciada e recebeu na semana passada o prêmio Campeões da Terra, do Pnuma, em Nairóbi (Quênia), o Brasil não pode "reivindicar o direito de cometer os mesmos erros que os países desenvolvidos fizeram".

"Estamos no limite do irreversível", alerta o francês Jacques Chirac

Câmara lança frente ambientalista

A Câmara lança, nesta quarta-feira, a Frente Parlamentar Ambientalista, com a participação de mais de 200 deputados federais. Eles se propõem a apoiar políticas públicas, programas e demais ações governamentais e não-governamentais que promovam o desenvolvimento sustentável.

A frente irá participar da regulamentação dos temas ambientais apresentados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, visto que ainda há uma série de conflitos com relação ao licenciamento ambiental, devido à sobreposição de incumbências da Federação, dos estados e dos municípios.

Anunciado pelo Partido Verde, o "pacote climático" também está sendo apoiado pela frente. O objetivo é apresentar uma série de projetos que irão contribuir para a redução da emissão dos gases de efeito estufa no país.

– É importante que o Brasil assum

uma meta de redução de emissão desses gases. Com o Protocolo de Kyoto, os países em desenvolvimento, como o nosso, a Índia e a China, não tiveram de adotar percentuais como os desenvolvidos, mas isso agora precisa mudar – afirma o deputado Sarney Filho (PV-MA).

O deputado já protocolou quatro projetos, entre eles o que define o percentual de 5,2% para a redução das emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa, a ser atingida até o ano 2012, em relação ao percentual emitido em 1990.

Outra proposição obriga o poder público a adotar medidas que reduzam emissões dos gases responsáveis pelo efeito estufa, bem como a adoção de providências que propiciem economia de energia em todas as suas unidades físicas.

Sarney Filho também apresentou requerimento pedindo a criação de uma Comissão Mista Climática, que irá reunir parlamentares das duas Casas.

MEIO AMBIENTE Amazônia, cerrado, Pantanal. Principais ecossistemas brasileiros estão seriamente ameaçados

Pesquisador alerta: única saída é mudança drástica

Para que no final do século haja um clima propício aos seres humanos, à agricultura e à biodiversidade, a Humanidade como um todo não tem alternativa senão promover uma redução forte e drástica nas emissões dos gases responsáveis pelo efeito estufa.

A afirmação é do professor e pesquisador da Universidade de São Paulo (USP) Paulo Artaxo, um dos cientistas brasileiros que participaram no início do mês do 4º Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), da ONU, realizado em Paris.

Para o professor, as conclusões do painel "são importantes e indicam que as emissões de gases de efeito estufa realizadas pelo homem ao longo dos últimos 150 anos estão definitivamente tendo um impacto muito severo no clima global".

A agricultura será, provavelmente, um dos setores econômicos mais afetados pelas mudanças climáticas, resultando em problemas socioeconômicos enormes, como a fome – que poderá



Queimadas para desmatamento acentuam efeito estufa e fragilizam rapidamente o ecossistema amazônico

atingir de 100 milhões a 500 milhões de pessoas no mundo, de acordo com estimativa dos cientistas.

Paulo Artaxo explica que a queima de derivados de petróleo pela indústria e pelos veículos e as queimadas para

desmatamento, que emitem dióxido de carbono (CO²), são os três componentes mais danosos à temperatura média na Terra.

No caso do Brasil, afirma o pesquisador, as emissões provocadas pelas queimadas são

de longe as mais importantes, responsáveis por 75% das emissões brasileiras de gases com efeito estufa, colocando o país como o quarto maior poluidor do planeta.

– Por isso, é essencial acabar com o desmatamento o mais rápido possível – frisa.

A Amazônia, segundo Artaxo, é um ecossistema que particularmente vai sofrer bastante com as mudanças climáticas globais.

– Esse é um ecossistema extremamente delicado. A previsão é de que haja uma redução na chuva sobre a Amazônia e um aumento de temperatura de 3 a 5 graus, de acordo com simulações feitas – observa o pesquisador.

Para ele, o risco de fragilização do ecossistema amazônico pode começar "razoavelmente rápido", em questão de anos.

– O cerrado também vai se tornar mais árido. Com a estação seca, quando o cerrado mais sofre com as queimadas, haverá um estresse hídrico muito maior do que o atual, diminuindo a quantidade de biomassa – assinala.

Especialista diz que efeitos no país podem ser maiores

Ex-secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, o ambientalista e consultor Fábio Feldmann considera grave o Brasil ainda não ter um mapa oficial de vulnerabilidade sobre os reais efeitos do aumento da temperatura no país.

– Isso indica que os tomadores de decisão no Brasil ainda não estão devidamente atentos ao problema – avalia Feldmann. Para o ambientalista, é preciso urgência na tomada de decisões e na implantação de medidas que reduzam a emissão de gases.

– A economia, a agricultura, a infraestrutura, o saneamento básico, a saúde dos brasileiros, sem falar na biodiversidade, estão comprometidos. Com o aumento considerável das precipitações chuvosas, como será possível, por exemplo, para a defesa civil, atender a todas as emergências? – questiona.

Feldmann acredita que o país será amplamente cobrado pela comunidade internacional pela expansão do desmatamento com vistas à agropecuária. – É preciso haver vontade política para combater a grilagem de terra e para melhorar a produtividade agrícola sem que haja qualquer expansão das atuais áreas de plantio e pasto. Isso não será mais aceitável – afirma.

Membro do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas, Fábio Feldmann considera que é preciso haver ações não somente na esfera federal, mas também nos estados e municípios, além de atuações articuladas entre as três esferas.

Conseqüências das mudanças climáticas no Brasil



AMAZÔNIA

As mudanças climáticas ameaçam o sofisticado sistema hídrico amazônico. Se mantido o avanço da fronteira agrícola e da indústria madeireira, a cobertura florestal vai diminuir dos atuais 5,3 milhões de km² (85% da área original) para 3,2 milhões de km² (53%) em 2050. O aumento das temperaturas na região pode deixar o clima mais seco, transformando a floresta em savana e afetando a biodiversidade. Espera-se um aumento mínimo de 3° C.

O acúmulo de poluentes na atmosfera impede que se dissipe o calor do Sol recebido pela Terra, causando o aumento da temperatura global



PANTANAL E CERRADO

A previsão é de elevação de 2° C a 6° C para a região. Isso prejudicará o ecossistema pantaneiro e o cerrado, que poderá se tornar mais árido. A agropecuária deverá ser bastante afetada.

SEMI-ÁRIDO

A desertificação começa com a destruição da caatinga, o mau uso dos recursos hídricos e a degradação do solo. Mudanças climáticas podem agravar o problema. O desmatamento da Amazônia pode tornar o semi-árido mais seco e substituir a caatinga por uma vegetação ainda mais árida. As temperaturas podem aumentar de 2° C a 5° C até o final do século 21.

COSTA

O aumento de temperatura pode oscilar entre 2° C a 6° C. As pancadas de chuva estarão mais fortes e fora de época. Haverá mais enchentes e desmoronamentos em áreas de risco, como encostas de morro. As secas também serão acentuadas. O derretimento das geleiras polares elevará o nível do mar, causando inundações em cidades litorâneas. Furacões poderão atingir a costa do Brasil.

SUL

A umidade da Amazônia é transportada pelas correntes de ar para o centro-sul da América do Sul. Com o desmatamento da região, diminui a formação de nuvens sobre a floresta. A região Sul do Brasil, que depende dessas chuvas, ficará exposta a períodos de seca muito severos. Num futuro próximo, o aumento da temperatura poderá inviabilizar a produção de grãos no Sul. Chuvas cada vez mais intensas vão castigar as cidades. Elevação da temperatura entre 1° C e 4° C.

Principais pontos do 4º Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)

- 1 A projeção é de que até 2100 a temperatura na Terra suba entre 1,8° C a 4° C, podendo chegar a 6,4° C, conforme as previsões mais pessimistas.
- 2 O nível do mar deve subir entre 18 e 59 centímetros, podendo chegar a 79 centímetros neste século caso haja derretimento das camadas de gelo da Groenlândia.
- 3 O Ártico poderá ficar sem gelo no verão, já a partir da segunda metade deste século.
- 4 Gradual perda de força das correntes oceânicas.
- 5 Redução do nível de oxigênio nos oceanos.
- 6 Tendência de intensificação dos ciclones tropicais e furacões.
- 7 Crescimento das áreas afetadas pela seca e aumento das ondas de calor.
- 8 Aumento do número de dias com chuvas intensas, além de dias menos frios e noites mais quentes.

COMISSÕES



Wellington ressalta a importância do novo colegiado que vai presidir. Marcelo Crivella será o vice

Comissão se dedicará à ciência e tecnologia

Com a criação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) na semana passada, o Senado passa agora a ter 11 comissões permanentes (leia mais nas páginas 8 e 9).

A partir da aprovação de projeto de resolução (PR 2/07) de iniciativa do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), a Comissão de Educação (CE) perdeu uma das suas quatro subcomissões (a de Ciência e Tecnologia) e outra subcomissão (a de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social) passou a ser chamada apenas de Subcomissão de Cinema, Teatro e Música.

Composta por 17 membros titulares e igual número de suplentes, a nova comissão tem a atribuição de opinar sobre os seguintes temas: desenvolvimento, organização institucional, política nacional, regulamentação e questões éticas dos setores; além de propriedade intelectual e acordos de cooperação e inovação com outros países e organismos internacionais.

Também estão entre as suas competências assuntos relacio-

nados à comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão.

Outras de suas atribuições são os assuntos relacionados às criações científicas e tecnológicas, informática, atividades nucleares de qualquer natureza, transporte e utilização de materiais radioativos, bem como estímulo à pesquisa e tecnologia.

Para o autor da proposta, a nova comissão vai engrandecer o trabalho do Senado nesses setores.

– As áreas de ciência, tecnologia e de comunicação estavam muito apagadas na Comissão de Educação, embora sejam temas importantes, pois discutem questões do dia-a-dia como TV digital, pólo digital, produção de semicondutores, entre outros – explicou Raupp.

A nova comissão, que deve ser instalada oficialmente nesta semana, terá como presidente e vice-presidente, respectivamente,

os senadores Wellington Salgado (PMDB-MG) e Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Para a ex-vice-presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, Lúcia Vânia (PSDB-GO), já estava na hora de o Senado ter uma comissão específica e especializada para discutir matérias não só importantes, mas também muito polêmicas, “que demandam um aprofundamento maior”. Ela citou como exemplo os assuntos relacionados às células-tronco e aos organismos transgênicos.

– A discussão dos temas específicos da área de educação absorvia muito o tempo da CE e, em consequência, sobrava pouco tempo para a ciência e tecnologia. Agora será possível aprofundar mais os temas específicos da área e fazer um trabalho mais alinhado com instituições representativas do setor, como o CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico], por exemplo – destacou.

Colegiado vai tratar também de inovação, comunicação e informática

Wellington defende proteção à radiodifusão

Eleito presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), criada na última quarta-feira, o senador Wellington Salgado afirmou acreditar que o colegiado terá atuação mais importante do que a da própria Comissão de Educação, pois vai tratar de temas cuja discussão, mesmo nas subcomissões vinculadas à CE, já vinham se destacando bastante.

Para ele, o Brasil está enfren-

tando grande problema na área da convergência das telecomunicações com a radiodifusão – setores que absorvem juntos R\$ 120 bilhões anualmente em faturamento e demandam, portanto, um fórum de discussão mais específico.

– Se não houver uma política de proteção à radiodifusão, vamos ter um problema sério. Aí entra a importância de comissão específica para lidar com esse tema, que, na minha opinião,

não deve ser tratado no âmbito de uma subcomissão – explicou.

Wellington afirmou que sua escolha para dirigir a CCT se deveu a dois fatores: ter presidido a CE em 2006 e ser suplente do senador Hélio Costa, licenciado do cargo desde quando assumiu o Ministério das Comunicações.

– Isso representa uma ponte entre o Executivo e o Legislativo em questões importantíssimas que serão discutidas na CCT – destacou.

Para Arns, vinculação à CE fortalecia debates

A extinção da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, que atuava no âmbito da Comissão de Educação (CE), e a criação de comissão específica para tratar da questão foram criticadas por alguns parlamentares e entidades representativas do setor.

Segundo o senador Flávio Arns (PT-PR), ex-presidente da extinta subcomissão, a criação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), ao invés de ajudar o setor, vai enfraquecer os debates.

– O que fortalecia a discussão dos temas sobre ciência e tecnologia era justamente o fato de a subcomissão estar vinculada à CE, e, portanto, ao processo e aos desafios da educação. Os especialistas que participaram de audiências públicas no âmbito da subcomissão sempre destacaram a importância dessa simbiose entre as duas áreas – ressaltou.

O senador disse que a nova comissão é fruto de acordo de acomodação política que não atende aos interesses do Brasil.

Osmar Dias (PDT-PR), ex-presidente da CE, acrescenta outro problema que, em sua opinião, surgirá em relação à nova comissão: o de obtenção

de quórum para a realização de reuniões e para a votação de matérias.

– Já tivemos problemas de quórum no ano passado em função do funcionamento de dez comissões permanentes. A tendência é que, com a criação de mais uma, esse problema se agrave, a não ser que passemos a ter reuniões também às segundas e sextas-feiras – enfatizou o parlamentar.

Para Osmar Dias, a criação da CCT pode até mesmo comprometer o funcionamento da Comissão de Educação, que vinha trabalhando, na sua avaliação, em estreita ligação com a Subcomissão de Ciência e Tecnologia.



Arns ressalta importância da “symbiose” entre educação e ciência e tecnologia

Osmar Dias: entidades do setor são contra a iniciativa

Entidades representativas dos setores de ciência e tecnologia vêm se manifestando contrárias às decisões de desmembramento da Comissão de Educação e de criação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

– Tenho recebido vários telefonemas de instituições e entidades – ressaltou Osmar Dias.

Manifestações contrárias à iniciativa, subscritas por entidades como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), foram enviadas à CE e aos gabinetes dos senadores.

Para a presidente da Associação Nacional de Biossegurança (ANBio), Leila Oda, a criação de nova comissão “acabará provocando o esvaziamento e a desarticulação dos temas que

estão em andamento na atual Comissão de Educação”.

Também o presidente da Associação Brasileira de Propriedade Industrial, Gustavo Leonards, em ofício, solicita a manutenção da Subcomissão de Ciência e Tecnologia no âmbito da CE, “a fim de que possa ser dada continuidade aos excelentes trabalhos que a mesma vem realizando”.

Em documento enviado à Presidência do Senado, a Associação Brasileira de Radiodifusão solicita “reflexão para as articulações visando ao desmembramento da área de comunicação do Senado, que, neste ano, deve debater assuntos importantes, como o Projeto de Lei Geral de Comunicação de Massa, marco importante para a regulação do setor”.

Subcomissão discutiu temas importantes como transgênicos

Temas importantes e assuntos estratégicos para o Brasil foram debatidos na Subcomissão de Ciência e Tecnologia, criada no âmbito da Comissão de Educação em maio de 2004 e substituída na semana passada por uma nova comissão permanente, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

As duas primeiras reuniões do colegiado, realizadas nos dias 25 e 26 de maio de 2004, foram para instruir o projeto

de lei da Câmara (PLC 9/04) que estabelecia normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolviam organismos geneticamente modificados (OGMs) e seus derivados.

A utilização de células-tronco, a implantação do sistema de TV digital no Brasil, a criação de fundos setoriais nas áreas de ciência e tecnologia, a prestação de serviços de correio eletrônico por meio da internet, a robótica, a nanotecnologia e a auto-su-

ficiência brasileira de petróleo também foram assuntos examinados pela subcomissão.

O colegiado tinha como objetivo aprofundar o debate de temas das áreas científica e tecnológica, em discussão pela sociedade, em especial aqueles que estavam sendo também analisados no Congresso por meio de projetos. Outros assuntos analisados pela subcomissão extinta foram a aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Tele-

comunicações (Fust), a construção da Usina Nuclear de Angra III e a constituição da Fundação de Pesquisa Universitária.

Durante esses quase três anos de funcionamento, a comissão realizou inúmeras reuniões para instruir projetos em tramitação e audiências públicas para ouvir especialistas.

Projetos passarão à análise da CCT

Entre os projetos que agora passarão a ser analisados pela

CCT, a maioria destina-se a regulamentar a propaganda sobre bebidas alcoólicas, fumíferos, medicamentos, alimentos, terapias e defensivos agrícolas nos meios de comunicação.

Mas há ainda matérias sobre assuntos diversificados, como a alimentação escolar e nutrição de crianças e adolescentes (PLS 406/05); o exercício da profissão de físico (PLS 159/05); a instituição de exame de proficiência para médicos e cirurgiões-dentistas (PLS 102/06).

ENTREVISTA

MARCONI PERILLO

PAC pode iniciar agenda positiva

Eleito presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), o senador Marconi Perillo (PSDB-GO) quer o colegiado debatendo as propostas do Programa de Aceleração

do Crescimento (PAC) e sugere visitas aos estados para discutir prioridades de infra-estrutura. Governador de Goiás por dois mandatos, Marconi defende mudanças no pacto federativo e apóia

a reivindicação dos governadores de redivisão de receitas. Nesta edição, o Jornal do Senado inicia uma série de entrevistas com os novos presidentes das comissões permanentes da Casa.

O PAC atende às perspectivas e às necessidades que o país tem de um desenvolvimento mais veloz?

Independentemente de discutir o Programa de Aceleração do Crescimento [PAC] sob a ótica da oposição ou da situação, é importante registrar que o plano é um bom sinal. É melhor discutir um plano, ainda que eventualmente equivocado, do que ficar sem condição de discutir plano algum. Esse já é um mérito. Discutimos muito o fato de o Brasil somente ter crescido nos últimos anos mais que o Haiti, enquanto Rússia, China e Índia cresceram de 7% a 8% ao ano. Países da América Latina, como Argentina, Chile e México, têm experimentado também crescimento vertiginoso.

Então o fato de haver hoje um plano é bastante positivo. Afinal, estamos saindo de uma agenda extremamente negativa, que marcou o Brasil nos últimos anos, e estamos entrando em uma agenda positiva. O Brasil precisa debater os gargalos, os problemas, os projetos e o planejamento que quer para sua infra-estrutura.

O senhor poderia identificar quais os gargalos principais?

Temos um problema sério, que é a falta de investimentos no setor ferroviário. Historicamente, tivemos investimentos pífios nessa área. Coréia, Japão e Espanha são cortados por ferrovias e continuam investindo em trens de média e alta velocidade. No Brasil, para se falar em 5 quilômetros de uma linha de metrô é uma dificuldade. O PAC pode ter o lado positivo de rediscutir o papel das ferrovias como indutoras do desenvolvimento a partir de um modelo mais barato, que desonere a produção e dê mais competitividade. O mesmo pode ser dito em relação ao setor hidroviário.

Com relação às rodovias, nos últimos anos houve esforços para recuperá-las, mas ainda estão muito deterioradas. É preciso um planejamento estratégico no setor. Muitas rodovias carecem de duplicação e a maioria depende de um programa de manutenção permanente, como criei em Goiás. Acredito em uma modelagem que envolva privatizações e pedágios para rodovias federais com maior tráfego. É necessário também terceirizar rodovias federais para os estados, mas transferindo os recursos para que seja possível fazer obras.

O Brasil também precisa de uma estrutura portuária mais moderna, menos burocratizada. Temos ainda alguns megaprojetos de infra-estrutura, como a rodovia Transnordestina, a Ferrovia Norte-Sul. Outra preocupação é com relação a gasodutos, instrumentos de uma matriz energética mais eficiente e mais barata. Temos que investir também na nova matriz de energia renovável, como o etanol e o biocombustível.

Neste momento, estão no Brasil dois emissários do governo norte-americano discutindo, entre outras coisas, uma cooperação na área do etanol. O senhor não teme que o Brasil perca o controle de uma solução nacional, que o mundo inteiro vai demandar?



Marconi: experiência na produção de etanol e eficiência do modelo brasileiro credenciam o país como líder no mercado internacional do produto

Tramita no Senado um projeto com normas para uma política para o biocombustível no Brasil. Em relação ao etanol, existem áreas agricultáveis que podem ser recicladas e outras subutilizadas que podem ser destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar. Ao mesmo tempo, é preciso ter cuidado para não desmatar mais ou agredir o meio ambiente. É possível produzir e exportar etanol e atender ao consumo interno. Mas o que a gente produz de etanol, hoje, mal dá para atender o consumo interno. Mercado para o etanol no mundo haverá, não tenho dúvida.

Tenho certa tranquilidade, porque somos pioneiros e temos as melhores tecnologias. Outro diferencial precisa ser considerado: o etanol nos Estados Unidos é produzido à base de milho, que é muito mais caro que o etanol brasileiro. Dessa forma, o Brasil pode se credenciar como uma das grandes potências mundiais em reservas, produção e exportação de etanol. Há que se tomar cuidado quanto ao zoneamento agrícola para evitar que outras culturas definham em função de uma monocultura.

O Brasil passou por uma crise energética em 2001 e, segundo especialistas, há a possibilidade de nova crise. Como o senhor avalia o PAC nessa área energética?

O PAC prevê investimentos vultosos na área de exploração de petróleo e na construção de usinas hidrelétricas. Temos enorme potencial hidrelétrico,

eólico e a partir do gás natural, de forma que o Brasil pode resolver o problema de energia até 2009. Mas existem entraves. É preciso buscar opções para, sem agredir o meio ambiente, dar celeridade aos projetos hidrelétricos.

Quanto mais se cresce, mais se necessita de energia, não é verdade?

Sem dúvida, um país que quer crescer 5% ao ano vai precisar muito mais de novos investimentos em energia. Caso contrário, teremos demandas sem termos como atendê-las. Se, nos últimos seis anos, o Brasil tivesse crescido a 5% ou 6%, não teríamos energia. Nesse aspecto, a "sorte" foi que o Brasil não teve esse crescimento, senão já teríamos registrado alguns apagões.

O senhor acredita em uma tramitação rápida no Legislativo das medidas que compõem o PAC?

Isso pode ser feito. Instituí em Goiás um modelo de apreciação democrática do Plano Plurianual (PPA), que envolveu o conjunto da sociedade. Depois, instituímos o chamado orçamento democrático, um desdobramento anual do PPA, que acabou se transformando em importante mecanismo de diálogo entre Estado e sociedade. Não vejo problema para que no período de 15 dias, ou um mês, façamos discussão ampla com os segmentos organizados da sociedade.

Sempre que um projeto nasce de baixo para cima ele se transforma em projeto mais exequível e viável.

O senhor mencionou a necessidade de mais privatizações. Mas em projetos de grande porte não há necessidade de maior protagonismo do Estado? Como garantir que o setor privado invista?

Acho que o Estado precisa ser protagonista no sentido de desburocratizar, viabilizar financiamentos, definir políticas de incentivo e fazer planejamento estratégico. Os recursos do Tesouro devem ser direcionados para áreas em que o financiamento é mais difícil. Não sei se caberia ao Estado o papel de interventor em áreas que podem ser destinadas à iniciativa privada. Existe muito capital disposto a investir, por exemplo, em energia. Mas é preciso que as agências reguladoras sejam confiáveis e que o Brasil demonstre segurança jurídica.

Como o senhor vê a atuação das agências reguladoras?

No mundo inteiro seu papel é muito importante, mas é preciso que elas tenham autonomia. Tramita no Senado proposta do senador Tasso Jereissati (PEC 81/03) que busca rediscutir o papel das agências. Como presidente da CI, pretendo realizar um seminário para debater o assunto, de modo que a modelagem do sistema regulatório brasileiro seja confiável tanto do ponto de vista do investidor como do usuário dos serviços. O governo não tem que monitorar uma agência reguladora.

O senhor, que foi governador, como analisa as demandas dos governadores que entendem que foram penalizados com algumas das renúncias fiscais previstas no PAC?

A agenda continua a mesma de oito anos atrás. Muitos governadores acham que o PAC é um pano de fundo para se aprovar a prorrogação da CPMF e da Cide. Algumas dessas receitas servem, muitas vezes, para outros interesses e não para os objetivos para os quais foram criados. Por exemplo, a Cide, destinada para a infra-estrutura de transporte, e a CPMF, destinada para a saúde, são desviadas para formar o superávit primário. Os governadores reivindicam debate mais amplo. Eu quero propor que o PAC seja discutido na CI e que a comissão se desloque para os estados para debater e aprimorar o projeto.

O senhor foi eleito vice-presidente de uma das subcomissões criadas para discutir o aquecimento global. Como o senhor vê esse problema?

Falamos em desenvolvimento sustentável, mas poucas iniciativas foram tomadas no sentido de garantir desenvolvimento com sustentabilidade. É preciso reciclar de maneira criativa modelos arcaicos, que não garantem sustentabilidade e que trazem prejuízos em médio e longo prazo.

“As agências reguladoras devem atuar com mais autonomia”

COMISSÕES

Pela CCJ passam 80% das propostas



Antonio Carlos preside comissão que avalia se propostas têm constitucionalidade e juridicidade para continuarem tramitando

Com nada menos de 1.378 propostas para serem examinadas, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) iniciou na quarta-feira seus trabalhos. O número mostra a importância do papel exercido pela comissão na rotina do Senado.

Afinal, necessariamente passam pelo colegiado – que continuará sendo presidido pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) – cerca de 80% de todas as propostas que tramitam na Casa.

A CCJ tem a incumbência principal de avaliar se as proposições que chegam à Casa têm a constitucionalidade e a juridicidade exigidas para prosseguir em sua tramitação.

Em muitos casos, compete exclusivamente ao colegiado decidir pela rejeição de um projeto.

Não por acaso, ser um de seus 23 titulares e 23 suplentes é o desejo da maioria dos senadores. Porém, por tradição, costumam se reunir no colegiado alguns dos parlamentares mais experimentados e hábeis em questões jurídicas, constitucionais e políticas.

Na comissão foram forjadas, em 2006, a minirreforma eleitoral que buscou coibir gastos excessivos com campanhas e dar maior transparência aos gastos dos partidos políticos e candidatos; as medidas da chamada reforma infraconstitucional do Judiciário; e o pacote de combate à criminalidade, para oferecer maior segurança aos cidadãos, reunindo propostas apresentadas por diversos senadores.

Temas de grande relevância jurídica fazem parte da rotina de trabalho da CCJ. Na semana pas-

sada, por exemplo, a comissão aprovou parecer dos senadores Jefferson Péres (PDT-AM), Pedro Simon (PMDB-RS) e Demostenes Torres (PFL-GO) favorável à apresentação de projeto de resolução para suspender, de forma integral ou parcial, todas as leis declaradas inconstitucionais em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (STF). Essa é uma das competências privativas do Senado previstas na Constituição.

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

Presidente

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)

Vice-presidente

Valter Pereira (PMDB-MS)

Subcomissões

Imagem e Prerrogativas Parlamentares; e Permanente de Segurança Pública

CAS prova valor do processo legislativo

Com 194 propostas sob a sua responsabilidade antes mesmo da realização da primeira reunião do ano, nesta semana, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vislumbra um novo ano no mesmo ritmo intenso de trabalho e bons resultados como o de 2006, quando aprovou 65 proposições, das quais 37 em decisão terminativa. Os 21 titulares e 21 suplentes da CAS têm a responsabilidade de analisar propostas que envolvam idosos, crianças, portadores de necessidades especiais, saúde, meio ambiente, previdência social e trabalho – enfim, um universo enorme de temas que afetam a vida de dezenas de milhões de brasileiros.

As próximas reuniões deverão debater temas como os direitos dos trabalhadores, as regras do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a regulamentação de diversas profissões. Substituído este ano no cargo pela senadora Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE), o ex-presidente da CAS, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), recorda-se, entre os projetos aprovados na sua gestão, daqueles que beneficiaram idosos e pessoas com deficiência, além dos que aperfeiçoam a legislação previdenciária e ambiental.

Comissão de Assuntos Sociais (CAS)

Presidente

Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE)

Vice-presidente

Rosalba Ciarlini (PFL-RN)

Subcomissões

das Pessoas com Deficiência, de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, do Trabalho e Previdência



Patrícia Saboya Gomes

CMA investe firme na preservação

Desde março de 2005, assuntos relacionados ao meio ambiente e ao consumidor foram incluídos entre os temas discutidos pela antiga Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), hoje de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Assim, além de fiscalizar os atos do Poder Executivo (incluídos os da administração indireta) e das agências reguladoras e avaliar a eficácia dos projetos e programas de governo, a CMA tem a responsabilidade de se ocupar de um dos mais importantes temas da agenda mundial: a preservação ambiental.

Já na primeira reunião do ano, a CMA decidiu criar uma subcomissão para debater o tema, aprovando requerimento de dois de seus 17 membros titulares, os senadores Sibá Machado (PT-AC) e Renato Casagrande (PSB-ES). A motivação extra veio com a constatação da elevação da temperatura da Terra, denunciada por relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês).

Para o presidente da CMA, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), com a nova subcomissão, o Senado poderá atuar “de maneira enfática” na questão ambiental.

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA)

Presidente

Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

Vice-presidente

Marisa Serrano (PSDB-MS)

Subcomissões

Agências Reguladoras, Operação Pororoca e Aquecimento Global



Leomar Quintanilha

CRE aborda papel do Brasil no exterior

A inserção do Brasil no mundo globalizado, suas relações com os países e blocos continentais e as questões cruciais ligadas à proteção e defesa dos interesses do país formam a agenda de trabalho dos integrantes (19 titulares e 19 suplentes) da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), uma das 11 comissões permanentes do Senado. Em suas reuniões, a CRE discute e aprova atos e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, as relações diplomáticas e comerciais, as indicações de representantes do país em embaixadas no exterior, a atuação das Forças Armadas e outros assuntos.

Na pauta das próximas reuniões da CRE estão acordos internacionais firmados pelo país, como protocolos da Organização Mundial do Comércio (OMC) e quatro mensagens enviadas pelo presidente da República ao Senado em janeiro. Elas indicam novos embaixadores para três países e junto à Organização das Nações Unidas (ONU), cargo para o qual foi indicada a diplomata Maria Luiza Ribeiro Viotti.

Em sua primeira reunião de 2007, a CRE decidiu criar mais uma subcomissão, para tratar da questão do aquecimento global, a ser presidida pelo senador Fernando Collor (PTB-AL).

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)

Presidente

Heráclito Fortes (PFL-PI)

Vice-presidente

Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

Subcomissões

Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, da Amazônia e de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior



Heráclito Fortes

CDH: na defesa dos direitos de minorias

Criada em 2002 para analisar sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, a antiga Comissão de Legislação Participativa (CLP) ampliou seu campo temático em 2005, transformando-se na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Antes na esfera da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), as normas gerais de proteção à infância, à juventude, aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência foram agregadas às atribuições da CDH com as alterações no Regimento Interno aprovadas pelo Plenário.

Com 19 membros titulares e 19 suplentes, a CDH é um espaço privilegiado, dentro do Senado, para a defesa dos direitos dos cidadãos brasileiros e, em especial, das minorias, como os indígenas. Reflexo disso é a escolha de seu novo presidente, senador Paulo Paim (PT-RS), cuja atuação parlamentar é marcada por temas ligados a essa área. É autor, por exemplo, dos estatutos do Idoso (já em vigor) e da Igualdade Racial (aguardando aprovação pela Câmara dos Deputados).

No ano passado, os consumidores foram beneficiados por vários projetos aprovados na CDH. Entre eles, o projeto de lei que regulamenta o sistema de consórcios no Brasil (PLS 533/03).

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

Presidente

Paulo Paim (PT-RS)

Vice-presidente

Cícero Lucena (PSDB-PB)

Subcomissões

Idoso, da Igualdade Racial e Inclusão



Paulo Paim

COMISSÕES

CAE tem amplo rol de atribuições

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) é, juntamente com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), uma das mais importantes do Senado, devido à abrangência dos temas que cabe a ela analisar. Com 27 integrantes titulares e 27 suplentes, o colegiado será presidido nesta legislatura pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP). O vice-presidente será o senador Eliseu Rezende (PFL-MG).

De acordo com o Regimento do Senado, a CAE deve analisar o "aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do presidente, por deliberação do Plenário, ou por consulta de comissão, e, ainda, quando, em virtude desses aspectos, houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário".

Entre os projetos que passa-

ram recentemente pelo crivo da CAE, está o PLS 278/06, que autoriza os estados e o Distrito Federal a explorar loterias, como modalidade do serviço público, no âmbito dos seus territórios. A proposta foi aprovada pelo Plenário do Senado na quinta-feira passada, depois de receber parecer favorável do senador Mão Santa (PMDB-PI) na CAE.

Os problemas econômicos do país também integram o rol de atribuições da CAE, bem como política de crédito, câmbio, seguro e transferência de valores, comércio exterior e interestadual, sistema monetário, bancário e de medidas, títulos e garantia dos metais, sistema de poupança, consórcio e sorteio.

São também da alçada da comissão os temas: tributos, tarifas, empréstimos compulsórios, finanças públicas, normas gerais sobre direito tributário, finan-

ceiro e econômico; orçamento, juntas comerciais, conflitos de competência em matéria tributária entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, dívida pública e fiscalização das instituições financeiras.

Cabe ainda à CAE discutir, entre outros temas relacionados à agropecuária, os seguintes: direito agrário, planejamento e execução da política agrícola, e investimentos e financiamentos agropecuários.

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**Presidente**

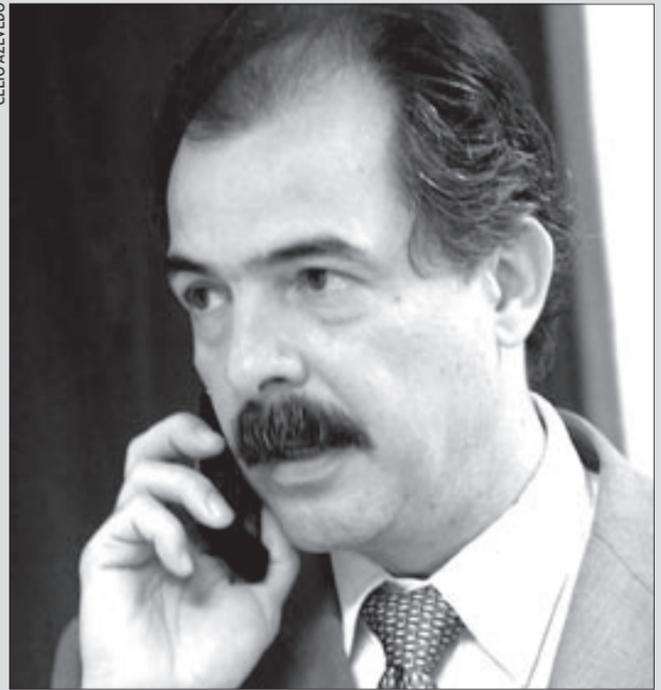
Aloizio Mercadante (PT-SP)

Vice-presidente

Eliseu Rezende (PFL-MG)

Subcomissões

Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras; Temporária de Extração Mineral; Permanente de Assuntos Municipais; da Dívida Pública



Economista, Aloizio Mercadante foi escolhido para presidir a CAE, que terá como vice-presidente Eliseu Rezende

CE abrange ensino, cultura e esporte

A Comissão de Educação (CE), além de analisar matérias que dizem respeito ao ensino propriamente dito, trata ainda dos seguintes temas: literatura, cinema, teatro, esporte e música. As matérias relativas à comunicação social e à ciência e tecnologia, que também eram da alçada da CE, passaram para a esfera da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), criada na semana passada.

A CE tem participado de algumas das discussões mais importantes travadas no Senado, entre elas a da proposta de emenda à Constituição (PEC 9/06) de criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que acabou aprovado em julho no Plenário.

Entre as propostas aprovadas em caráter terminativo (sem a necessidade de deliberação em Plenário) na própria CE em 2006, merece destaque a que prevê jornada de tempo integral para o ensino fundamental (PLS 234/06).

Como uma das primeiras atividades da CE na atual legislatura, o presidente Cristovam Buarque (PDT-DF) marcou para esta terça-feira uma reunião para debater os resultados negativos observados na última edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), aplicado pelo Ministério da Educação.

Comissão de Educação**Presidente**

Cristovam Buarque (PDT-DF)

Vice-presidente

Gilvam Borges (PMDB-AP)

Subcomissões

Cinema, Teatro e Música; Esporte; Livro



Cristovam Buarque

Crise agrícola na pauta da CRA

A severa crise que ronda os campos brasileiros nos últimos dois anos tem sido bandeira de reivindicações na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). No primeiro semestre de 2006, os problemas do setor foram debatidos em audiência pública da comissão, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara e a Fundação Getúlio Vargas, e que também reuniu governadores de nove estados, secretários estaduais de Agricultura, prefeitos, vereadores e produtores rurais.

Um dos projetos que deverão ser analisados brevemente na CRA é o PLS 264/06, proveniente da CPI da Terra, que altera o Código Penal para prever o "esbulho possessório" com fins políticos (invasão de terreno alheio mediante violência ou ameaça, com o fim de manifestar inconformismo político) e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos. O requerimento pedindo o envio da matéria à CRA foi aprovado em Plenário na semana passada.

Com 17 integrantes titulares e 17 suplentes, a comissão será presidida na atual legislatura pelo senador Joaquim Roriz (PMDB-DF), tendo como vice-presidente o senador Expedito Júnior (PR-RO). O goiano Roriz, ex-governador do Distrito Federal, também é pecuarista.

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)**Presidente**

Joaquim Roriz (PMDB-DF)

Vice-presidente

Expedito Júnior (PR-RO)



Joaquim Roriz

CDR: turismo e desenvolvimento

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) é umas das mais recentes do Senado. Em 2004, com o objetivo de debater temas relativos ao setor agrícola e ao turismo voltados para programas de desenvolvimento do país, foi criada a Comissão de Desenvolvimento Regional, Agricultura e Turismo. No ano seguinte, os assuntos relacionados à agricultura passaram a ser discutidos especificamente pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Com isso, o tema do turismo passou a integrar a CDR, criada a partir do colegiado que anteriormente discutia questões agrícolas e turísticas.

Entre os projetos aprovados pelos integrantes da CDR (17 titulares e 17 suplentes) em 2006, destacou-se o projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo (PLC 59/04) que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

A CDR também aprovou projeto de Paulo Octávio (PFL-DF) delegando poderes ao governo para dispensar, unilateralmente, turistas e empresários da exigência de visto de entrada, quando houver interesse em estreitar relações de comércio e turismo com países de que eles forem provenientes. O projeto seguiu para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) antes de ir a votação em Plenário.

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR)**Presidente**

Lúcia Vânia (PSDB-GO)

Vice-presidente

Jonas Pinheiro (PFL-MT)



Lúcia Vânia

CI debate programa de crescimento

Uma das primeiras atividades da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) na atual legislatura será uma audiência com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Ela aceitou convite para participar de debate sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O evento ocorrerá nesta quinta-feira e foi sugerido pelo presidente da comissão, Marconi Perillo (PSDB-GO).

De acordo com o senador, a presença da ministra é fundamental para que os parlamentares conheçam os desdobramentos, as mudanças e os entraves do programa anunciado pelo presidente Lula no último dia 22. O PAC prevê investimentos de quase R\$ 504 bilhões até 2010, com o objetivo de fazer o país crescer 5% ao ano. Boa parte do dinheiro será investida em infra-estrutura, como estradas e obras de saneamento.

A CI também aprovou requerimento de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) para que sejam convidados os ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, e das Cidades, Márcio Fortes, com o objetivo de discutir a situação de obras de metrô em diversos estados.

Marconi já avisou que pretende levar a comissão aos estados para discutir questões de infra-estrutura também com os governadores. O ex-presidente da CI, Heráclito Fortes (PFL-PI), aprovou a iniciativa.

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI)**Presidente**

Marconi Perillo (PSDB-GO)

Vice-presidente

Delcídio Amaral (PT-MS)



Marconi Perillo

COMISSÕES



Jarbas Vasconcelos (E) foi escolhido para relatar na CCJ a proposta do senador Marco Maciel



ROOSEWELT PINHEIRO

Jarbas vai relatar PEC da cláusula de barreira

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), designou Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) para relatar a proposta de emenda à Constituição que trata da cláusula de desempenho, ou cláusula de barreira.

A proposta (PEC 2/07), do senador Marco Maciel (PFL-PE), prevê distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no desempenho eleitoral.

A PEC, de acordo com explicações já fornecidas por seu autor, que adota o termo cláusula de desempenho em vez de cláusula de barreira, pretende retomar a discussão em torno do quadro partidário nacional. Ao designar o relator da PEC, Antonio Carlos Magalhães salientou que quer estabelecer amplo debate sobre

a questão partidária e, para isso, deverá se comunicar com a Mesa da Câmara dos Deputados a fim de garantir a participação das duas Casas legislativas.

As discussões, adiantou o presidente da CCJ, terão de incluir a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tomada na terça-feira, que, ao fixar novos critérios para a distribuição do fundo partidário, irá beneficiar até os partidos sem representatividade parlamentar.

Para o senador Valter Pereira (PMDB-MS), vice-presidente da CCJ, freqüentes intervenções do Poder Judiciário têm impedido que o Legislativo avance na discussão da reforma política.

– Que segurança tem o Congresso Nacional de discutir a reforma política se não consegue produzir os efeitos desejados? A sociedade está cobrando a reforma política, existe muita indignação com as

atitudes do Congresso. Ele [o Congresso] está fazendo a sua parte, mas esbarra em intervenções quase constantes da Justiça Eleitoral – observou.

O líder do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), também condenou a decisão do TSE, ressaltando que até partidos sem representante nas câmaras de vereadores passarão a receber verbas do fundo partidário.

Marco Maciel, em discurso no Plenário, afirmou que sua PEC representa “um grande passo para criar verdadeiros partidos políticos no país” e faz com que a reforma política “deixe de ser um mero discurso para se converter em ação prática e concreta”.

– Uma das medidas essenciais para a criação de verdadeiros partidos é obviamente a presença da cláusula do desempenho – defendeu.

Senadores e ministra debatem o PAC nesta quinta

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), por sugestão de seu presidente, Marconi Perillo (PSDB-GO), realiza nesta quinta-feira, dia 15, audiência pública com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, para debater o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Já o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) propôs, e a comissão aprovou, requerimento para que sejam convidados os ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, e das Cidades, Márcio Fortes, com o objetivo de discutir a situação de obras do metrô em diversos estados.

Também foi aprovado requerimento do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) para convidar a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, e o procura-

dor-geral da República, Antônio Fernando de Souza, além da ministra Dilma Rousseff, para debater a Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) declarou que o debate sobre o projeto da hidrelétrica de Belo Monte envolve ambientalistas e indigenistas desde o governo Fernando Henrique Cardoso. Delcídio lembrou que o debate sobre a usina já contou com a adesão até do cantor inglês Sting, conhecido defensor da causa ambiental e indígena.

Marconi disse que pretende levar a comissão aos estados para debater questões de infraestrutura também com os governadores em todas as regiões brasileiras. O ex-presidente da CI, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), manifestou apoio à iniciativa.

Audiência debate projeto do programa Empresa Cidadã

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou requerimento da senadora Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE) de audiência pública no dia 21 de março, destinada a debater o projeto de lei que institui o programa Empresa Cidadã (PLS 281/05). A proposição prevê a prorrogação da licença-maternidade mediante incentivos fiscais às empresas participantes do programa.

Serão convidados os presidentes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf; da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro; da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Antonio

Oliveira Santos; da Fersol, Indústria e Comércio, Michael Haradom; e da Nestlé do Brasil, Ivan Zurita. Outra audiência reunirá representantes dos trabalhadores e da área de saúde.

Patrícia Saboya, autora do projeto, destacou que a proposta tem como objetivo corrigir uma distorção, uma vez que os programas sociais de saúde pública sempre informam sobre a importância da amamentação e incentivam as mulheres a amamentarem os filhos até os seis meses de idade. No entanto, explicou a senadora, a legislação não permite que as mães trabalhadoras fiquem com seus filhos durante todo esse período.

Projeto muda regras da assistência social

A competência para deliberar sobre recursos contra decisões do Conselho Nacional de Assistência Social, relativas à concessão ou renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pode ser transferida do Ministério da Previdência Social para o do Desenvolvimento Social. De acordo com projeto (PLS 73/06) do senador Flávio Arns (PT-PR), cujo parecer favorável, de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), foi aprovado pela CCJ, o objetivo é fazer um ajuste de todo o sistema processual relativo à concessão de recursos. – O projeto irá assegurar efetiva imparcialidade na análise dos recursos, uma vez que ao Ministério da Previdência Social está vinculado o INSS, que exige o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social para concessão da isenção da cota patronal – explicou Arns.

CCJ decide pela suspensão de leis inconstitucionais

A CCJ aprovou, em decisão terminativa, pareceres dos senadores Jefferson Péres (PDT-AM), Pedro Simon (PMDB-RS) e Demostenes Torres (PFL-GO) pela apresentação de projeto de resolução para suspender, de forma integral ou parcial, leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A manifestação do Senado nesse assunto está entre as competências privativas previstas na Constituição.

Jefferson Péres pede a suspensão de quatro leis do estado de São Paulo (6.556/89, 7.003/90, 7.646/91 e 8.207/92) e a suspensão

de artigos de outras (3º a 9º da Lei 6.556/89 e os artigos 1º a 5º da Lei 7.003/90) do mesmo estado, todas tratando de impostos.

Simon propôs suspender a alteração introduzida no parágrafo 2º do artigo 2º da Lei 8.629/93, que dispõe sobre a reforma agrária. Demostenes defendeu a suspensão de inciso do Regimento Interno da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, relativo à atribuição dada à Comissão Representativa da assembléia para deliberar sobre pedido de licença para processar deputados e decidir sobre sua prisão.

Emendas à PEC das agências reguladoras vão a votação

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) defendeu plena autonomia para as agências reguladoras, que passariam a ser supervisionadas pelo Senado. Para ele, sem essa autonomia garantida em lei, o país continuará a manter o atual clima de “insegurança jurídica no marco regulatório” que, observou, vem prejudicando a entrada de capitais privados na economia brasileira.

A afirmação foi feita na Co-

missão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), durante a discussão de duas emendas a Plenário apresentadas à proposta de emenda à Constituição (PEC 81/03), de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e já aprovada pelo colegiado, que acrescenta o artigo 174-A à Constituição, para fixar os princípios da atividade regulatória. Devido a dúvidas sobre as redações das emendas, a votação foi transferida para a quarta-feira.

Lista de pagamentos ao metrô paulista será enviada à CAE

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) informou que o Banco Central (BC) e o Ministério da Fazenda deverão enviar à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o cronograma das liberações de empréstimos feitos pelo estado de São Paulo para realização das obras da linha 4 do metrô. As operações de crédito foram feitas com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e com o governo japonês e aprovadas pela comissão.

Tuma foi designado pela presidência da CAE para acompanhar junto ao governo do estado o andamento dos contratos com o consórcio de empreiteiras responsáveis pelas obras do metrô, bem como as medidas adotadas em relação às sete vítimas do acidente ocorrido em janeiro. O senador disse que é preciso verificar se houve negligência e que as investigações devem inclusive considerar o acidente como um crime de homicídio.

Embaixador que fez denúncia contra Itamaraty fala na terça

O ex-embaixador brasileiro em Washington Roberto Abdenur e o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, comentarão a política externa brasileira na Comissão de Relações Exteriores (CRE). Abdenur deverá falar nesta terça. Amorim será ouvido em data a ser marcada. O convite, proposto por Eduardo Azeredo (PSDB-MG), foi motivado por entrevista de Abdenur à revista *Veja* em que ele critica o “antiamericanismo”

diplomático do país e suposta doutrinação ideológica promovida pela cúpula do Itamaraty. Já a proposta de ouvir Amorim foi de Inácio Arruda (PCdoB).

Presidente da CRE, Heráclito Fortes (PFL-PI) acolheu sugestão de Cristovam Buarque (PDT-DF), de criar um grupo de trabalho para analisar as relações do Brasil com os países fronteiriços. Cristovam será o coordenador do grupo.

PLENÁRIO

Carreiro será ministro do Tribunal de Contas

O Senado e, posteriormente, a Câmara dos Deputados aprovaram projeto de decreto legislativo (PDS 1/07) indicando o secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro, para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). A decisão no Senado, tomada por unanimidade (73 a 0) na quarta-feira, foi encaminhada pelos líderes partidários e endossada pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), que dispensaram a sabatina do indicado. Na Câmara, a votação ocorreu no dia seguinte e o resultado foi de 346 a 23, com 19 abstenções.

– Eu queria, com muita satisfação, comunicar que a Câmara dos Deputados acaba de aprovar o nome do doutor Raimundo Carreiro para o Tribunal de Contas da União. Além das virtudes que todos nós conhecemos no ministro Raimundo Carreiro, é, sobretudo, uma homenagem ao corpo técnico do Poder Legislativo, especialmente do Senado Federal – destacou Renan Calheiros, ao anunciar a decisão.

Ao saudarem a indicação de Carreiro, 37 senadores sintetizaram nos discursos em Plenário um sentimento misto de pesar, “pela perda de um servidor competente, honesto e dedicado”, e de satisfação, pela colocação de um funcionário público com tais qualidades a serviço do país.

Eduardo Suplicy (PT-SP) e Osmar Dias (PDT-PR) chegaram a expressar preocupação com a dispensa da sabatina exigida pelo Decreto Legislativo 6/93, porém o receio foi superado, segundo explicou Osmar Dias, quando Renan confirmou o endosso da indicação pelos líderes e pelos presidentes da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e da CAE, Aloizio Mer-



Secretário-geral da Mesa há 12 anos, Carreiro (E) recebe de Renan a notícia de que a Câmara também aprovara seu nome

cadante (PT-SP).

Bacharel em Direito, Raimundo Carreiro é natural do Maranhão e ingressou no Senado há 38 anos, como analista legislativo especializado em orçamentos públicos. Desde 1995, exerce o cargo de secretário-geral da Mesa. Ele deverá ocupar a vaga aberta no TCU com a aposentadoria, em 2003, do ministro Iram Saraiva.

Além dos cinco já citados, manifestaram-se favoráveis à indicação de Carreiro os senadores Tião Viana (PT-AC), Jefferson Péres (PDT-AM), Almeida Lima (PMDB-SE), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Renato Casagrande (PSB-ES), José Agripino (PFL-RN), Alvaro Dias (PSDB-PR), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Eptácio Cafeteira (PTB-

MA), Francisco Dornelles (PP-RJ), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), José Maranhão (PMDB-PB), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Paulo Paim (PT-RS), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Valdir Raupp (PMDB-RO), César Borges (PFL-BA), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Ideli Salvatti (PT-SC), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Marco Maciel (PFL-PE), Cristovam Buarque (PDT-DF), Mão Santa (PMDB-PI), Pedro Simon (PMDB-RS), Heráclito Fortes (PFL-PI), Augusto Botelho (PT-RR), Magno Malta (PR-ES), Efraim Morais (PFL-PB), Marconi Perillo (PSDB-GO), Gilvam Borges (PMDB-AP), Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Demostenes Torres (PFL-GO).

Estados poderão criar as suas loterias

O Plenário do Senado aprovou projeto (PLS 278/06) que autoriza os estados e o Distrito Federal a explorar loterias, como modalidade de serviço público, no âmbito dos seus territórios. A exploração poderá ser efetuada diretamente pelo governo de cada estado ou mediante concessão.

A proposta, da CPI Mista dos Bingos, determina que as loterias criadas serão submetidas à prévia aprovação da Caixa Econômica Federal. As loterias estaduais também não poderão ter características semelhantes aos produtos já oferecidos pela Caixa.

Do produto da arrecadação das novas loterias, 25% serão desti-

nados ao fomento do desporto, à seguridade social e a outros programas sociais de interesse público. Outros 45% serão destinados à premiação bruta.

A matéria foi relatada favoravelmente na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pelo senador Mão Santa (PMDB-PI) e vai agora ao exame da Câmara.

Senado critica medidas antiimigração dos EUA

O Senado aprovou requerimento da Comissão de Relações Exteriores (CRE) solicitando que sejam apresentados votos de solidariedade para com todos os que sofrem perseguições em virtude de sua condição de imigrante e para com os valores democráticos e liberdades defendidos pelos fundadores dos Estados Unidos, “valores que podem estar ameaçados por medidas arbitrárias sob a égide das necessidades de segurança daquele país”.

O requerimento, apresentado no ano passado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), sugeria ao governo dos Estados Unidos e ao Congresso norte-americano que revissem medidas contra imigrantes, como a ampliação do muro construído na fronteira com o México, o grande aumento de efetivos militares nas regiões limítrofes e o uso de sofisticadas técnicas de patrulhamento e repressão



Suplicy lembra que EUA foram construídos por imigrantes

para deter o fluxo migratório. Para Suplicy, as medidas seriam “draconianas”.

O senador argumentou que a nação norte-americana foi construída por imigrantes que vieram dos quatro cantos do globo, e que, em toda sua história, os Estados Unidos se caracterizaram como o país que acolhia com generosidade os estrangeiros.

Plenário anistia emigrantes que registraram filhos irregularmente

O Plenário acatou em primeiro turno o PLS 263/06, que anistia os emigrantes brasileiros que tiveram filhos em países fronteiriços mas os registraram como se houvessem nascido no Brasil – fato que configura crime de falsidade ideológica. A anistia terá duração de dois anos a partir da entrada em vigor da lei, conforme determina o PLS, apresentado pela CPI da Emigração.

O projeto prevê que os registros de nascimento realizados dessa forma sejam cancelados para

permitir que os emigrantes regularizem a situação de seus filhos.

De acordo com a justificativa da matéria, a proposta foi elaborada pela CPI da Emigração após seus membros visitarem alguns países que fazem fronteira com o Brasil. Os parlamentares constataram que muitos emigrantes brasileiros faziam o duplo registro de nascimento de seus filhos por razões como a precariedade da infraestrutura hospitalar e sanitária ou a instabilidade política do país em que vivem.

Programação monetária é “rito legal descolado da realidade”

Projeto de decreto legislativo que trata da programação monetária elaborada pelo Banco Central para o quarto trimestre do ano passado foi aprovado pelo Plenário do Senado. A decisão é uma exigência da lei que instituiu o Plano Real (9.069/95).

Em seu parecer, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) critica “a caducidade do procedimento de aprovação da programação monetária pelo Senado”, lembrando, por exemplo, que “o Plano Real tinha como pilares a âncora cambial e o controle da expansão da

base monetária”, porém, desde janeiro de 1999, com a crise cambial ocorrida, o governo federal adotou o regime de câmbio livre, reformulando, portanto, a própria política monetária. A lei em questão, porém, não o foi.

– É o cumprimento de um rito legal descolado da realidade – afirmou Ideli Salvatti, lembrando que tramita no Senado o PLS 326/03, de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que revoga os dispositivos da lei que exigem a elaboração e aprovação da programação monetária.

Senado arquiva cerca de um quarto dos projetos em tramitação

A Secretaria Geral da Mesa arquivou no dia 31 de janeiro 1.054 matérias que estavam tramitando na Casa, de um total de 4.112 analisadas. A providência, que consta de relatório elaborado pela secretaria, foi tomada com base no artigo 332 do Regimento Interno do Senado e no Ato 97/02, que dispõem sobre o arquivamento de proposições ao final de cada legislatura. Segundo o secretário-geral adjunto da Mesa, José Roberto Leite de Matos, as 4.112 matérias representam cerca de 90% das que estão tramitando atualmente no Senado.

Entre as 1.054 matérias arquivadas, encontram-se 132 propostas de emenda à Constituição (PECs) e 754 projetos de lei, sendo 88 de origem da Câmara (PLC) e 666 do Senado (PLS). Entre as PECs arquivadas está a que fora apresentada pelo então senador José Roberto Arruda (PEC 20/99), que pretendia reduzir para 16 anos a maioria penal, hoje fixada em 18 anos. Também foi arquivado projeto de lei complementar (PLS 646/99) do então senador Jorge Bornhausen que visava estabelecer normas gerais sobre direitos e garantias aplicáveis na relação

tributária do contribuinte com as administrações fazendárias. Ambas de 1999, as duas proposições foram arquivadas, de acordo com o Regimento Interno, porque já estavam tramitando há duas legislaturas.

O relatório inclui ainda três CPIs e dez comissões temporárias extintas. Com base no artigo 76 do regimento, as comissões temporárias se extinguem em três hipóteses: pela conclusão da sua tarefa, pelo término do respectivo prazo ou ainda ao término da sessão legislativa ordinária.

Das três CPIs extintas, nenhuma che-

gou a ser instalada, embora tenham sido solicitadas por meio de requerimento. Duas delas foram solicitadas pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) – uma com o objetivo de investigar a corrupção de agente público lotado na Presidência da República e outra para analisar todas as privatizações realizadas no Brasil no período de 1990 a 2004. A terceira CPI, proposta pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI) em dezembro de 2006, destinava-se a apurar a liberação de recursos federais para organizações não-governamentais (ONGs).

PLENÁRIO

Mozarildo critica BNDES

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou em discurso a distribuição desigual dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entre as regiões do país. O parlamentar apresentou um estudo técnico elaborado pela Consultoria do Senado indicando que, entre 1995 e 2006, a região Sudeste recebeu 61,2% do total dos recursos e a região Sul, 19,1%. Já o Nordeste ficou com 9,4% e o Centro-Oeste contou com 7,1%. A região Norte, por sua vez, recebeu no período apenas 3,2% do total financiado pelo banco. – O BNDES só tem investido nas regiões Sul e Sudeste – disse.

De acordo com o estudo, o BNDES, em 2006, realizou desembolso recorde de recursos no valor total de R\$ 52 bilhões – em 2005 foram liberados R\$ 47 bilhões. A maior parte dos investimentos foi feita nos setores de telecomunicações, siderurgia, papel e celulose. Mozarildo destacou que seria papel do BNDES promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil e diminuir as desigualdades regionais e sociais, mas isso não estaria ocorrendo. O senador afirmou que tomará medidas para fazer o BNDES cumprir a Constituição e distribuir seus recursos de forma mais igualitária.

Gilvam Borges condena proposta de extinção do Senado

A proposta de extinção do Senado Federal, feita por dois membros do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foi criticada da tribuna pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP). Para o parlamentar, os conselheiros Alberto Zacharias Toron, de São Paulo, e Reginald Felker, do Rio Grande do Sul, merecem “o mais absoluto repúdio”. Ele ressaltou que a sugestão de extinção do Senado, “de tão risível”, foi rejeitada por todas as seccionais, com exceção do Paraná.

– Jamais imaginei que uma idéia tão descabida como essa pudesse ser aventada numa reunião da OAB. Extinguir o Senado é ferir de morte a democracia brasileira – disse.

O senador defendeu o fim do exame exigido pela OAB para o exercício da profissão.

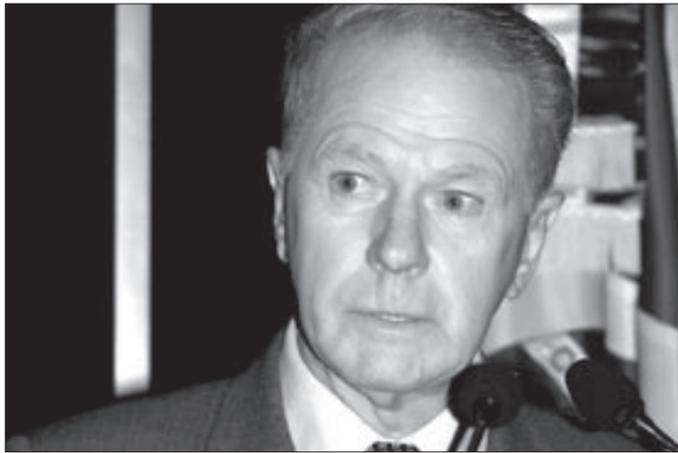
– A OAB deveria restringir-se à fiscalização do exercício da profissão – afirmou.

Camata pede comissão para discutir violência

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) lembrou na sexta-feira a morte de João Hélio Fernandes Vietes, de seis anos, ocorrida no dia anterior. O menino foi arrastado por marginais pelas ruas do Rio de Janeiro, ao ficar preso no cinto de segurança, durante o roubo do carro de sua mãe. Na opinião do parlamentar, os Poderes do Estado devem encontrar solução para a violência no país. Camata também sugeriu a instalação, no Senado, de comissão com o nome de João Hélio, destinada a discutir essas questões e a apresentar propostas concretas.

– O episódio foi a gota d’água que faltava para começar a se refletir sobre o que está acontecendo no Brasil – disse.

Na opinião de Camata, o Congresso deveria parar suas atividades e convidar especialistas para discutir segurança pública por, pelo menos, uma semana. Para o senador, neste momento, outros temas, como o Programa de Ace-



Para Gerson Camata, “o Parlamento brasileiro não está fazendo nada. Brasileiros são assassinados e estamos discutindo o PAC”

leração do Crescimento (PAC), não são tão importantes quanto a vida dos brasileiros.

– Sinto-me frustrado porque nós não estamos fazendo nada; o Parlamento brasileiro não está fazendo nada. Brasileiros são assassinados e estamos discutindo o PAC – analisou.

Em aparte, o senador Mozaril-

do Cavalcanti (PTB-RR) sugeriu que a criação de comissão para discutir a violência deve contar com a participação do Ministério Público, das polícias militar e civil e de órgãos de inteligência. Ele acredita que, se essa comissão trabalhar por determinado período de forma efetiva, os grupos criminosos serão desmantelados.

Senador defende economia do Acre

Ao manifestar sua satisfação com a regulamentação do Conselho Nacional de Economia Solidária, que vai cuidar de atividades econômicas dos povos da floresta amazônica, como pesca, agricultura familiar, extrativismo florestal sustentável e construção naval artesanal, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou ser essencial garantir recursos técnicos e financeiros para o novo órgão.

– Este país é grande e diverso em termos sociais e culturais e nem sempre o dinheiro vai parar no lugar certo. Eu estou aqui para defender meu estado, o Acre, e seu povo. Vou trabalhar para que sejam escolhidas as melhores alternativas de forma-

ção profissional, organização social, emprego e renda para as populações de todas as regiões do estado do Acre – enfatizou o senador.

Mesquita Júnior disse acreditar que a demora na instalação do conselho dá sinais do nível de prioridade que esse tema possui na Presidência da República e nos ministérios, uma vez que, segundo ele, a regulamentação do conselho passou quatro anos “esquecida no Palácio do Planalto, entre as gavetas da Casa Civil e do Ministério do Trabalho”.

– Temo que essa louvável experiência se torne, como as demais ações do governo Lula, uma bela iniciativa nas intenções mas que, na prática, não vai muito

além do *status* de boa intenção – assinalou.

O senador criticou o fato de um conselho participativo, dito democrático e popular, ter caráter apenas consultivo, sem poder deliberativo de definir políticas e estratégias governamentais prioritárias para o setor. Segundo o parlamentar, as entidades de pequenos produtores, cooperativas, associações e empreendimentos comunitários e solidários exigiam um conselho deliberativo.

Mesmo assim, Mesquita Júnior garantiu que pretende apoiar a iniciativa, com a expectativa de que se torne importante instrumento de desenvolvimento sustentável e democrático do Acre e da Amazônia.

Lobão propõe plebiscito sobre Maranhão do Sul

O senador Edison Lobão (PFL-MA) apresentou na sexta-feira projeto de decreto legislativo com o objetivo de realizar plebiscito no Maranhão para que os eleitores do estado decidam sobre a conveniência de se criar o estado do Maranhão do Sul. Lobão informou que o projeto, subscrito pelos outros dois senadores representantes do Maranhão – Roseana Sarney (PMDB) e Eptácio Cafeteira (PTB) – e por mais 38 senadores atende a uma

reivindicação antiga da população de todo o sul do estado.

Lobão observou ainda que, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Maranhão possui os piores indicadores econômicos, o que se deve, na sua opinião,

à falta de investimentos de



Edison Lobão

extensão, o que o tornaria o quinto maior estado nordestino.

tado. Segundo ele, os investimentos públicos, desde a época colonial, são concentrados na capital, São Luís.

Pela proposta, o Maranhão do Sul teria como capital a cidade de Imperatriz e cerca de 150 mil quilômetros de

Zambiasi homenageia festa do vinho de Bento Gonçalves

Em discurso na sexta-feira, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) fez homenagem à Festa Nacional do Vinho que está sendo realizada entre 26 de janeiro e 20 de fevereiro na cidade de Bento Gonçalves (RS). Segundo o parlamentar, esta é a 40ª edição da festa, que se destaca como o maior evento vitivinícola do país.

– Essa festa nasceu de um momento de dificuldade e hoje é responsável pelo desenvolvimento de um dos maiores pólos econômicos do Rio Grande do Sul – destacou o senador.

Zambiasi lembrou ainda que, a partir deste ano, o evento passa a se chamar Fenavinho Brasil e assume o papel de integrar e

promover os vinhos de todas as regiões produtoras brasileiras.

Zambiasi anunciou também que apresentou projeto de lei para instituir o Dia Nacional do Vinho. RElembrou ainda que o Senado aprovou uma outra proposta de sua autoria que regulamenta as profissões de enólogo e técnico em enologia.

Jucá elogia pesquisa de biodiesel

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), informou que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Instituto Militar de Engenharia (IME) de Roraima estão conduzindo pesquisas para gerar biodiesel a partir de uma palmeira comum em Roraima, conhecida como inajá, considerada invasora de pastagens. Uma usina de produção está sendo implantada no campo experimental Serra da Prata, no município de Mucajaí.

– É a real possibilidade de uma praga virar elemento de energia – disse Jucá.

O senador exaltou o trabalho dos cientistas dos dois órgãos que “devotam a vida” na busca de soluções para o Brasil e especialmente para Roraima, que enfrenta problemas no manejo da terra. Jucá também anunciou o lançamento, na última quinta-feira, do Programa de Desenvolvimento da Biotecnologia no país, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

– A biotecnologia é algo fundamental para o Brasil. Nós temos 20% da biodiversidade do planeta – disse.

Ele ressaltou ainda que o programa facilitará financiamentos e a ligação de empresas com universidades.

Mão Santa diz que presidente Lula pode virar o “super-Chávez”

Ao comparar a força política do presidente brasileiro ao desempenho político do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, o senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que, com o apoio do PMDB, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode ser transformado em um “super-Chávez”. Isso, na opinião do parlamentar, seria uma ameaça à democracia.

– Vai haver governabilidade, mas entregar o PMDB é dar o diploma de “super-Chávez” ao presidente Lula. “Super-Chávez” vai ser mais forte – declarou o senador.

Mão Santa explicou que faz parte do grupo de parlamentares que compõem o que chamou de “PMDB Livre”. Nesse grupo estariam os senadores peemedebistas Joaquim Roriz (DF), Gerson Camata (ES) e Jarbas Vasconcelos (PE), entre outros, ressaltou o senador.

Voz do Leitor

ÁGUA PARA TODOS

“Há muitas regiões do Brasil que não possuem água há mais de dez anos. Será que neste segundo mandato o presidente Lula irá lançar um programa para levar água para todos?”

Rodolfo Leonardo Silva Brasil, de Ribeira do Pombal (BA)

APOSENTADORIA ESPECIAL

“Parabenizo os senadores Antônio Carlos Valadares e Paulo Paim pela sensibilidade demonstrada ao entenderem a necessidade de inclusão dos servidores penitenciários entre os que têm direito a aposentadoria especial. É uma profissão altamente estressante, insalubre, penosa e perigosa, devido ao risco corrido durante os constantes motins e rebeliões nas unidades penais, promovidos por organizações e facções. Essa profissão está dentro de todos os parâmetros para concessão da aposentadoria especial, recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Organização dos Estados Americanos (OEA), que a reconhecem como merecedora de aposentadoria diferenciada e de estatuto permanente (onde o servidor deva gozar de uma estabilidade emocional e material garantida em lei orgânica da profissão).”

Genival de Farias, de Presidente Prudente (SP)

POLÍTICA ECONÔMICA

“É bom que os senhores congressistas revejam suas posições sobre a defesa do Brasil. A política econômica do país só vem produzindo frutos para as instituições financeiras nacionais e internacionais. Sinal evidente de que merece reparos.”

Arthur Bernardes Martins de Paiva, de Niterói (RJ)

INCRA

“Gostaria de saber por que os

cadastros feitos há mais de nove meses no Incra, que pleiteiam terras através do sistema de reforma agrária, estão totalmente parados. Quem são as pessoas que têm o direito de adquirir terras através de tal sistema? Por que o Incra é tão lento em seus trabalhos? O Senado pode fazer algo para mudar essa situação de lentidão?”

Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)

PENHORA

“O senador José Sarney e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estão, em minha opinião, equivocados ao criticar e vetar os artigos da nova lei de execução que estipulavam possibilidade de penhora de parte dos salários, quando esses fossem superiores a 40 salários mínimos, e de imóveis, assegurando o valor de até mil salários mínimos. Pobre tem que pagar suas dívidas, senão seu nome vai para o SPC e ele não pode mais comprar parcelado. Já quem recebe mais de R\$ 30 mil, que mora com a família em uma mansão de R\$ 5 milhões, pode dever e não pagar, mas o credor nada pode fazer. Isso beneficia o calote e o mau pagador. É uma vergonha as pessoas ricas ficarem vivendo no luxo enquanto os credores vão à falência, pois muitas vezes o credor empresta suas economias ou vende suas poucas mercadorias para um perverso devedor.”

João Borges, de Belo Horizonte (MG)

ESTATUTO

“Parabenizo os senadores que aprovaram o Estatuto do Portador de Deficiência. Espero que os deputados ajam da mesma maneira, pois se trata de projeto de grande importância. Com tal aprovação as pessoas com deficiência terão mais dignidade.”

Reginaldo Ferreira da Silva, de Santa Maria do Pará (PA)

Pergunte ao Senador

DURAÇÃO DOS MANDATOS

Julio César Cardoso, de Porto Alegre (RS)

“Qual a explicação lógica para a Constituição federal estabelecer mandatos de oito anos para senadores, conflitando com os prazos dos demais mandatos políticos?”

O senador José Agripino (PFL-RN) responde:



A diferença de mandatos entre parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal deve-se a duas razões. Em primeiro lugar, o Senado representa a Federação. São três senadores por estado, seja qual for o eleitorado. Na Câmara há estado com 80 deputados e outros com apenas oito representantes. A renovação ocorre a cada quatro anos e os deputados representam os interesses dos estados. Já no Senado, meu caro Julio, a Federação está sempre representada, e quando há qualquer confronto de interesse federativo cabe ao senador garantir a independência do seu voto. Isso exige longevidade de mandato. O senador precisa de um mandato mais longo, inclusive para que o acerto do seu voto possa ser explicado pelo próprio tempo. Por isso nosso mandato é mais longo, prezado Julio. Nós não podemos representar simplesmente os interesses parciais dos nossos estados. Precisamos de independência para votar com coragem e isenção.

Agora é lei

Prisão em flagrante

Entrou em vigor no dia 16 de janeiro a lei que estabelece prazo de 24 horas para que as prisões em flagrante sejam comunicadas à Defensoria Pública, que designará um defensor para acompanhar o caso. A determinação, que vai beneficiar em especial as pessoas que não podem pagar um advogado, está prevista na Lei 11.449, já sancionada e publicada no *Diário Oficial* da União. Ao garantir maior rapidez na soltura dos acusados com direito à liberdade, a lei também ajudará a reduzir a superlotação nas prisões. A nova lei prevê ainda que o juiz e a família do preso também devem ser notificados imediatamente. Antes da nova redação do artigo 306 do Código de Processo Penal, apenas o preso recebia a notificação, ficando em muitos casos impossibilitado de ter acesso rápido à Justiça, pois só tinha contato com o juiz na audiência.

Com a mudança, a Defensoria Pública poderá atuar imediatamente no caso, evitando que ocorram prisões indevidas. A alteração do Código de Processo Penal possibilitará ao acusado, logo na fase de investigação, conhecer claramente a acusação, apresentar alegações contra a imputação, acompanhar a prova produzida e fazer contraprova, contar com defesa técnica elaborada por advogado e recorrer da decisão que decretou a prisão.

Frases

“Gostaria de saber da Mesa e do presidente [do Senado] quem recebe o excesso do meu salário, já que, conforme o ministro, eu recebo mais que ele. Não conheço essa matemática”

Almeida Lima, contestando o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Marco Aurélio Mello, para quem os parlamentares têm subsídios superiores aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

“Essa discussão entre os Poderes precisa acabar. Ninguém quer crise institucional. Tudo o que o país não quer é uma crise institucional”

Renan Calheiros, em resposta às críticas de senadores ao ministro Marco Aurélio Mello.

“Todos nos esfacelamos junto com esse garoto”

Marcelo Crivella, ao apresentar voto de pesar à família de João Hélio Fernandes, de 6 anos, que, preso ao cinto de segurança, morreu no Rio de Janeiro, depois de ser arrastado pelas ruas no carro roubado de sua mãe.

“Dar força a isso é uma forma de desestabilizar a democracia, porque a maioria dos partidos pequenos, com honrosas exceções, é de mercadores de legenda, tanto nas eleições quanto nas votações no Legislativo, e é também responsável pela dança das cadeiras”

Tasso Jereissati, sobre a decisão do TSE de aumentar a verba do fundo partidário para os partidos pequenos.

“Quando o Estado induz, a iniciativa privada corresponde com investimentos. Chega daquela conversa de Estado mínimo”

Ideli Salvatti, para quem o Programa de Aceleração do Crescimento devolve ao Estado o papel de agente indutor do desenvolvimento.

“Secas e ondas de calor podem se intensificar. O Brasil pode sofrer mudanças no regime de chuvas. Precisamos mudar nosso modo de vida e, até agora, os governos não se mostraram à altura do desafio”

Eduardo Suplicy, cobrando ações concretas para deter o aquecimento do clima causado pelo efeito estufa.

Foto da Semana

Assessores de parlamentares fazem fila no Senado para apresentar emendas às medidas provisórias que integram o Programa de Aceleração do Crescimento, lançado pelo governo federal no dia 22 de janeiro. A entrega de emendas encerrou-se na quarta-feira. As MPs vão tramitar durante 14 dias em comissão mista das duas Casas do Congresso, seguindo depois para o Plenário da Câmara



MOREIRA MARIZ

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Rádio discute decisão do TSE

O Senado deve analisar proposta que muda os critérios definidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para distribuição de dinheiro do fundo partidário. O tribunal decidiu que os partidos pequenos passam a ter direito a 42% das verbas do fundo, o que desagradou aos partidos maiores, como PT, PMDB, PSDB e PFL. Mas os parlamentares querem reverter a decisão do TSE. Para entender essa discussão, a Rádio Senado debate o assunto no *Conexão Senado* desta segunda-feira, ao meio-dia.

No sábado, às 16h, com reprise no domingo, às 11h, o programa *Música do Brasil* reúne clássicos da música popular em interpretações de cantores que conquistaram multidões e fizeram

época. Entre as canções programadas está *Se todos fossem iguais a você*, de Tom Jobim e Vinícius, com Agnaldo Rayol.

A pedido, dicas de economia de energia

Atendendo aos pedidos dos ouvintes, o programa *O Senado é Mais Brasil*, da Rádio Senado Ondas Curtas, apresenta nesta terça-feira, no quadro Fique por Dentro da Lei, uma entrevista com Erivelto Louzada, superintendente de Engenharia da Companhia de Energia Elétrica do Tocantins.

Louzada vai dar dicas sobre economia de energia elétrica e também informar qual o procedimento que deve ser adotado pelos consumidores caso haja queima de algum equipamento em virtude de

problemas na rede de energia elétrica. A entrevista vai ser reprisada no sábado.

Na quarta-feira, o entrevistado do quadro Viver da Terra é Paulo Sérgio Rosa, pesquisador da Embrapa Suínos e Aves. Ele vai falar sobre como construir uma chocadeira artesanal.

Na quinta, no quadro Sintonia Ambiental, Maria da Penha Faria, consultora do Sebrae, e Isabel Schmidt, bióloga do Ibama, falam de artesanato e manejo responsável do capim dourado no Jalapão (TO).

O Senado é Mais Brasil vai ao ar, de segunda a domingo, das 7h às 10h, e às sextas-feiras, das 7h às 9h. Para ouvir, basta colocar o receptor de Ondas Curtas na faixa de 49 metros e sintonizar a frequência de 5.990 khz.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Centro da cidade de São Paulo à noite: consumo de energia sob controle

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3

- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2

- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

- 6h - Matinas
- 7h55 - Cidadania Dia-a-dia
- 21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

- 7h - Crônicas Musicais
- 7h10 - Música e Informação
- 8h - Senado Notícias
- 8h30 - Plenário em Destaque
- 19h - Voz do Brasil
- 19h30 - Jornal do Senado
- 20h - Música e Informação
- 21h - Crônicas Musicais (reprise)
- 21h10 - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

- 14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

- 9h - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

- 7h - Música e Informação
- 9h30 - Música e Informação
- 21h - 180 Anos do Senado
- 22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

- 9h - Senado Resumo
- 10h - Senado Notícias (reprise)
- 11h - Senado Resumo (reprise)
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Música e Informação
- 18h - Senado Resumo
- 20h - Reportagem Especial
- 23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

- 8h - Encontros com a Música Brasileira
- 9h - Prosa e Verso
- 10h - Especial (reprise)
- 11h - Música Erudita
- 12h - Senado Resumo (reprise)
- 13h40 - Música e Informação
- 15h - Autores e Livros
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 18h - Improviso Jazz
- 19h - Senado Resumo (reprise)
- 20h - Escala Brasileira

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros (reprise)
- 11h - Música do Brasil
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Prosa e Verso
- 17h - Reportagem Especial (reprise)
- 18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
- 20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

SENADO

Senado participa de seminário do STF

Iniciativa conjunta do Prodasen e do Interlegis, o projeto LexML Brasil vem sendo desenvolvido, desde 2005, com o objetivo de organizar toda informação jurídica produzida no Brasil, incluindo normas, jurisprudência e propostas legislativas. Essa experiência do Senado será detalhada pelo analista de informática legislativa João Alberto de Oliveira Lima nesta quarta-feira, a partir das 8h, em palestra no 1º Seminário de Gestão da Informação Jurídica em Espaços Digitais. O projeto LexML Brasil é uma adaptação para a realidade brasileira

do projeto Norme in Rete (NIR), iniciativa originária da Itália. Dois padrões de acesso aos dados foram estabelecidos no projeto italiano: URN (define um nome uniforme para cada recurso de informação jurídica) e XML Schema (define um padrão para estruturar documento textual). Autor da proposta de internacionalização do padrão URN – baseada, inclusive, em sugestões do

Senado Federal –, Pierluigi Spinosa, professor da Universidade de Florença, fará a palestra seguinte à do analista João Lima, cujo tema será “Padrão URN do projeto NIR”.

No acesso a informações jurídicas pelo padrão URN, um serviço de internet irá traduzir um nome uniforme para uma lista organizada de sites governamentais que oferecem o dado desejado. Por exemplo, quem estiver interessado em acessar o Código de Defesa do Consumidor, irá saber quais órgãos oferecem o texto original, onde o texto consolidado está disponível ou até mesmo o texto em vigor em determinada data.

O seminário será realizado de 12 a 14 deste mês, no Tribunal Superior do Trabalho (TST), mas a transmissão ao vivo poderá ser acompanhada pelo site www.stf.gov.br/sijed. O evento é promovido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que aderiu ao projeto Lex ML Brasil junto com a Câmara dos Deputados, o Tribunal de Contas da União e o Ministério da Justiça.

Funcionário vai detalhar projeto de informática legislativa

Evento internacional debate assessoria

No período de 27 a 30 de março, em Brasília, será realizado o 2º Seminário Internacional de Assessoramento Institucional no Poder Legislativo, que reunirá especialistas em objetivos, funções e modelos de assessoria institucional a parlamentos. O objetivo do evento é debater questões relativas às atividades de assessoramento institucional parlamentar e tem como público-alvo servidores públicos federais, estaduais e municipais, e gestores públicos

com atuação no Poder Legislativo e de orçamento do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. A abertura do evento será no Auditório Nereu Ramos, da Câmara, e o encerramento no Auditório Petrônio Portella, no Senado. Os painéis serão realizados na Universidade do Distrito Federal (UnidF), na 903/904 Sul. As inscrições para o seminário iniciam-se no dia 9 de fevereiro. Os contatos podem ser feitos pelo telefone 3216-5300, ou pelo endereço eletrônico pires@yahoo.com.br.

Senadores escolhem “mulheres-cidadãs”

O Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz escolheu, na última quinta-feira, as cinco mulheres que serão homenageadas na sexta edição da condecoração. Elas receberão o diploma no dia 8 de março, em sessão solene do Congresso Nacional. As eleitas foram Ivana Farina Navarrete Pena, de Goiás; Maria Yvone Loureiro Ribeiro, de Alagoas; Sueli Batista dos Santos, de Mato Grosso; Moema Libera Viezzer, do Paraná; e Beatriz Moreira Costa, do Rio de Janeiro.

De profissões distintas, elas foram escolhidas para receber o prêmio instituído pela Mesa do Senado em 2001 como forma de homenagear anualmente mulheres de todo o país que tenham prestado relevantes serviços na defesa dos direitos femininos e em questões de gênero. A presidente do conselho, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), ressaltou que a escolha foi difícil.

– Tamanha é a luta de tantas mulheres que fica difícil escolher.

Veja quem são as eleitas para receber o diploma

As cinco homenageadas com a edição deste ano do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz foram escolhidas entre 50 candidatas das mais diversas profissões que se destacaram pelo seu trabalho em prol das questões femininas. Confira as premiadas:

Ivana Farina Navarrete Pena – Moradora de Goiânia, é bacharel em Economia e Direito. Promotora de Justiça, sempre atuou em defesa da justiça social e dos direitos humanos e participa do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Ivana Farina foi indicada pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e por Pedro Sérgio Steil, presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público.

Maria Yvone Loureiro Ribeiro – Moradora de Maceió, é servidora da Secretaria de Planejamento e Orçamento do estado. Economista com pós-graduação em desenvolvimento social e urbano e planejamento governamental, tem uma trajetória de luta contra a ditadura e em prol dos direitos humanos. Foi perseguida pela ditadura militar e, depois que cumpriu sua pena



Integrantes do conselho, Mesquita Júnior (E), Patrícia Saboya, Serys Slhessarenko e Augusto Botelho definem os cinco nomes

Essas cinco representam todos os outros 50 currículos e as lutadoras anônimas do Brasil – disse.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), vice-presidente do conselho, ressaltou que o prêmio tem uma simbologia muito importante e interessante, já que sinaliza para a conscientização e compreensão do papel de mulheres que atuam em prol

da sociedade.

Bertha Maria Júlia Lutz nasceu em São Paulo, em 2 de agosto de 1894. Filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do cientista Adolfo Lutz, ela foi responsável pela aprovação da legislação que outorgou às mulheres brasileiras o direito de votar e serem votadas.

de dez anos de prisão, ajudou a fundar a Sociedade Alagoana de Defesa dos Direitos Humanos. Maria Yvone foi indicada pela então senadora Heloísa Helena (PSOL-AL).

Moema Libera Viezzer – Moradora de Toledo (PR), é doutoranda em Comunicação, mestre em Ciências Sociais e possui licenciatura em Belas Artes. É considerada uma das figuras mais importantes do país na área de educação para novas relações de gênero e proteção ao meio ambiente. Atua, há mais de três décadas, em grupos de base da periferia das cidades e da comunidade rural e em empresas que desenvolvem programas de responsabilidade socioambiental, além de órgãos governamentais que promovem políticas públicas de meio ambiente e para mulheres.

Sueli Batista dos Santos – Moradora de Cuiabá, é jornalista e fundadora do primeiro jornal feminino do estado, o *Rosa Choque*, além de fundadora da Associação de Mulheres de Negócio e Profissionais de Cuiabá (BPW Brasil). Articulou

a parceria da associação com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, órgão da Presidência da República, que culminou em parceria com o Sebrae para beneficiar mulheres com programas de incentivo ao empreendedorismo. Tem realizado trabalhos com foco em responsabilidade social, que contempla as áreas artística e cultural, para meninos e meninas, e incentivo à carreira de mulheres de baixa renda.

Beatriz Moreira Costa – Moradora do Rio de Janeiro, é conhecida como Mãe Beata de Iemanjá. É sacerdotisa suprema dos candomblés de origem ketu-iorubá, escritora, atriz e artesã, e desenvolve trabalhos relacionados à educação, à saúde, ao combate ao sexismo e ao racismo e luta pela preservação do meio ambiente. Iniciou o projeto social Ação e Viver, com a participação de jovens carentes da região. Foi indicada por Lúcia Xavier Castro, coordenadora-geral da Organização de Mulheres Negras (Criola); e por Nicéa Freire, ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suelly Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Alergia afeta quase 20% das pessoas

Pó, ácaros, remédios, animais, alimentos... São inúmeros os fatores que podem provocar alergia. Por essa razão, as causas dos males de origem alérgica, como a asma, a rinite, a diarreia e até o choque anafilático, muitas vezes mortal, são muito difíceis de identificar.

Mas o que é a alergia? Como preveni-la e o que fazer em caso de crise? Como conviver com ela? Nesta e na próxima edição do *Especial Cidadania* você vai ter algumas respostas para essas e outras questões sobre uma condição que afeta de 15% a 20% das pessoas no mundo.

Reação do próprio organismo

O organismo humano tem meios próprios de defesa, o chamado sistema imunológico, para protegê-lo de doenças causadas por corpos estranhos.

Quando a pessoa entra em contato com qualquer substância ou microrganismo, o sistema imunológico deve “decidir” se essa substância é conhecida ou estranha. Se ele considerá-la estranha, passa a produzir um grande número de anticorpos (células

do sistema imunológico) para combatê-la. Esses anticorpos produzidos em excesso começam então a causar inflamação local ou em todo o corpo.

O problema é que cada sistema imunológico tem seu próprio “entendimento” do que deve ser considerado estranho. Assim, enquanto o organismo da maioria das pessoas considera a poeira uma substância conhecida, o corpo de muitas reage à mesma

poeira com se ela fosse um inimigo, o que causa asma ou rinite, por exemplo.

A alergia não é contagiosa e pode ocorrer em pessoas de qualquer idade. Também não é possível saber antes se determinada substância vai ou não causá-la. Mesmo aquelas com que estamos acostumados no dia-a-dia podem, de uma hora para outra, passar a nos causar alergia.



ANA VOLPE

Animais domésticos e tapetes não são recomendáveis em residências de pessoas com predisposição a alergias

Por que algumas pessoas são alérgicas?

Há várias hipóteses para explicar por que certas pessoas são alérgicas e outras não.

► **Hipótese genética** – A tendência a ter reação alérgica seria definida já no processo de formação do corpo. Está provado que, se um dos pais for alérgico, a probabilidade de o filho também ser varia entre 20% e 30%. Se os dois forem alérgicos, essa probabilidade aumenta para até 72%.

► **Hipótese da higiene** – A melhora das condições de saúde da população, o excesso de higiene e o uso abusivo de antibióticos e vacinas estariam provocando aumento dos casos de alergia em razão da ausência de contato com vírus e bactérias, o que deixaria o

sistema imunológico “ocioso”, levando-o a reagir a substâncias inofensivas.

► **Outras hipóteses** – O estresse também é capaz de começar ou agravar uma crise alérgica. Na pessoa sob estresse, a presença do alérgeno pode ter um efeito ainda maior, como no caso da asma brônquica, uma das alergias mais relacionadas à ansiedade e à depressão. Há ainda pessoas que atingem um nível de estresse tão alto que, mesmo longe de alérgenos, apresentam manchas na pele.

Além da herança genética, do grau de exposição aos alérgenos e do estresse, a poluição é um fator importante, principalmente a que existe dentro de casa, às vezes maior que a das ruas

com grande tráfego de carros. Crianças que moram em casas úmidas, com pais fumantes e história familiar de alergia, por exemplo, têm maior possibilidade de ter asma. Outro fator considerável são os conservantes, corantes e aromatizantes presentes nos alimentos.

Identificar se a pessoa faz parte do grupo de alérgicos ainda é um desafio. Atualmente existe um exame, feito no cordão umbilical do recém-nascido, pelo qual é possível identificar a presença dos anticorpos IgE, responsáveis pela reação alérgica. Segundo especialistas, o exame é capaz de identificar a criança com tendência a reações alérgicas, permitindo prevenir o problema.

Bom senso no cuidado dos bebês: higiene na medida, sem exageros

Veja como cuidar do bebê com o número de anticorpos IgE elevado ou que tenha tido reações alérgicas.

- **Alimentação** – O bebê deve ser amamentado pelo menos até os seis meses de idade para fortalecer o sistema imunológico e prevenir doenças respiratórias e alergias alimentares. A mãe também precisa evitar alimentos alergênicos como chocolate, doce de leite, peixe, mariscos, morango, tomate e cítricos.
- **Ambiente** – Limpe o quarto com aspirador e pano úmido para retirar bem o pó. O quarto não deve ter carpete, tapetes, cortinas e objetos de decoração em que o pó possa se acumular. Também é preciso eliminar os fungos passando pano úmido com água sanitária. Mantenha o ambiente seco para prevenir o aparecimento de ácaros, que são aranhas microscópicas presentes especialmente nos carpetes, colchões e travesseiros. Elas alimentam-se de restos de pele e provocam reações alérgicas.
- **Animais domésticos** – Mantenha cães, gatos, pássaros etc. fora do alcance da criança com predisposição alérgica.
- **Banho** – Verifique sempre a temperatura da água, que deve estar adequada ao

clima. Não dê banhos em excesso (no máximo três por dia).

- **Higiene** – Estando o ambiente limpo, deixe que o bebê engatinhe no chão e leve objetos não perigosos à boca. O excesso de higiene pode ser tão prejudicial quanto a falta dela.
- **Insetos** – O bebê deve ser protegido com mosquiteiro, pois a picada de certos insetos pode causar alergia.
- **Medicamentos** – Inúmeros remédios são alergênicos. Portanto, deve ser evitado o uso sem indicação médica.
- **Perfumes e cosméticos** – É comum perfumes e cosméticos funcionarem como alergênicos. O melhor é você não usá-los se estiver em contato com o bebê.
- **Pólen** – Evite o contato direto da criança com plantas e flores, especialmente na primavera e no outono.
- **Roupas** – Evite travesseiros, almofadas, bonecos e edredons de penas ou outros materiais de origem animal. Também é melhor não vestir o bebê com roupas de lã e sintéticas. Prefira as de puro algodão.
- **Tabaco** – A criança alérgica não pode ter contato com a fumaça de cigarro nem com o cheiro de cinzeiros ou o de cigarro na roupa de outras pessoas.

Saiba mais

Associação Brasileira de Alergia e Imunopatologia
Av. Prof. Ascendino Reis, 455
- Vila Clementino
São Paulo (SP) - CEP 04027-000
(11) 5575.6888
Fax: 5572.4069
www.sbai.org.br

Associação Brasileira de Asmáticos
Av. Nilo Peçanha, 38,
sobreloja - Castelo - Centro
Rio de Janeiro (RJ)
CEP 20020-100
(21) 2210-2810 (2^{as}, 4^{as} e 6^{as},
das 13h às 17h)

Hospital Virtual Brasileiro
- Universidade Estadual de
Campinas (Unicamp)
Núcleo de Informática
Biomédica
Caixa Postal 6005 (A/C
Alergia/Imunologia Clínica)
Campinas (SP)
CEP 13081-970
(019) 239-7130 e 7034
www.hospvirt.org.br

Pulmonar - Sociedade Paulista
de Pneumologia e Tisiologia
Rua Machado Bittencourt, 205
- 8º andar, conjunto 83
São Paulo (SP) - CEP 04044-000
0800-171618
www.pulmonar.org.br

Diagnóstico

A alergia é identificada por meio do exame físico e da história do paciente. É preciso que o paciente em crise alérgica registre tudo o que usou, comeu ou com que esteve em contato e todas as suas reações.

O médico pode usar testes alérgicos para auxiliar o diagnóstico. Os cutâneos são mais rápidos: os possíveis alérgenos são introduzidos nos braços ou nas costas por meio de injeções subcutâneas ou de arranhaduras. Se o paciente for sensível, uma reação local se desenvolve em cerca de 20 minutos. Esses testes são geralmente mais satisfatórios para alergias respiratórias ou da pele. As alergias alimentares podem ainda ser testadas por dietas de eliminação, observando a reação do paciente quando ele deixa de ingerir certos alimentos e quando os reintroduz na alimentação. Testes sanguíneos também podem ajudar a diagnosticar o alérgeno ou a confirmá-lo.

Tratamento é feito à base de antiinflamatórios e imunoterapia

Como a alergia é uma característica da pessoa e não uma doença, ela é crônica e não tem cura. O que se faz é tratar os sintomas e prevenir novas crises. Veja os passos a serem seguidos pelo médico e pelo paciente:

1. identificar o agente causador (alérgeno);
2. evitar o contato com o alérgeno;
3. usar medicamentos para conter a reação e extinguir o processo inflamatório; e
4. fazer imunoterapia: por meio da injeção de extratos diluídos do alérgeno, procura diminuir a sensibilidade do paciente à substância.

Apesar de não poder prevenir como e quando uma alergia vai se desenvolver, o paciente pode aprender a mantê-la sob controle, seguindo o tratamento e evitando os fatores que provocam e agravam a alergia.